

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
Instituto De Ciências Exatas E Tecnologia – ICET
Programa De Pós-Graduação Em Ciência E Tecnologia Para Recursos Amazônicos
– PPGCTRA
Mestrado Acadêmico

**GESTÃO TERRITORIAL NA COMUNIDADE SÃO FRANCISCO NO CAREIRO DA
VÁRZEA (AMAZONAS, BRASIL)**

Wladson de Jesus Souza

Itacoatiara, AM

2022

Wladson de Jesus Souza

**GESTÃO TERRITORIAL NA COMUNIDADE SÃO FRANCISCO NO CAREIRO DA
VÁRZEA (AMAZONAS, BRASIL)**

Orientação: Profa. Dra. Marília Gabriela Gondim Rezende

Dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ciência e Tecnologia para Recursos Amazônicos da Universidade Federal do Amazonas, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciência e Tecnologia para Recursos Amazônicos, a área de concentração é Desenvolvimento Científico de Recursos Amazônicos.

Itacoatiara, AM

2022

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

S729g Souza, Wladson de Jesus
Gestão territorial na comunidade São Francisco no Careiro da
Várzea (Amazonas, Brasil) / Wladson de Jesus Souza . 2022
99 f.: il. color; 31 cm.

Orientadora: Marília Gabriela Gondim Rezende
Dissertação (Mestrado em Ciência e Tecnologia para Recursos
Amazônicos) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Território. 2. Governança. 3. Agroecossistemas. 4.
Sustentabilidade. I. Rezende, Marília Gabriela Gondim. II.
Universidade Federal do Amazonas III. Título

À minha tia Maria de Jesus Souza da Costa (*in memoriam*),
exemplo de ser humano, profissional da educação e amor à vida,

Com todo amor

Dedico

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à minha mãe, um grande exemplo de força e resiliência, que assim como muitas mulheres brasileiras, criou sozinha dois filhos, com todo amor, carinho e dedicação, sempre colocando a educação em primeiro lugar.

À minha orientadora, Profa. Dra. Marília Gabriela Gondim Rezende, por estar ao meu lado nessa jornada de conhecimento e crescimento pessoal, profissional e intelectual, me orientando, aconselhando e estimulando o pensamento crítico e autonomia como pesquisador.

Aos companheiros e companheiras da academia, que apoiaram no trabalho de campo ou troca de conhecimento e foram essenciais para uma caminhada mais leve.

Aos professores e professoras do PPGCTRA, pela dedicação dispensada aos alunos bem como, pelos conhecimentos repassados e incentivo à continuidade na jornada acadêmica.

À todos os moradores da Comunidade São Francisco no Careiro da Várzea, atores participantes desta pesquisa, que foram essenciais para a construção dessa dissertação, em especial ao barqueiro e agricultor Erimar Vasconcelos do Santos, por ter dedicado seu tempo auxiliando diretamente no transporte e locomoção dentro da comunidade, que só foi possível por meio de seu barco.

Agradeço também à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas, pela concessão da bolsa, essencial para a realização da pesquisa.

A todos que atuaram direta ou indiretamente no meu processo de formação acadêmico e de certa forma foram importantes para o desenvolvimento e conclusão desta dissertação.

RESUMO

O presente trabalho apresenta uma vasta pesquisa bibliográfica que, aliada à pesquisa *in loco* possibilitou a processo de seu artesanato intelectual. Foram utilizadas ferramentas adaptadas e adequadas à realidade dos envolvidos na pesquisa de campo, sendo elas, entrevistas abertas e formulários com questões pertinentes ao tema, bem como, às categorias de análise escolhidas para um melhor entendimento da gestão do território na Comunidade São Francisco. Com isso, gestão territorial, agroecossistemas e governança foram as 03 (três) categorias de análise que nortearam a pesquisa e contribuíram para o alcance de seu objetivo geral que foi analisar a gestão territorial na Comunidade São Francisco no município do Careiro da Várzea (AM), e também o alcance dos objetivos específicos, que se desdobraram em 03 (três) capítulos, cada um abordou questões essenciais para a elucidação de como acontece a gestão territorial na área de estudo. Estudos em relação à gestão de territórios estão presentes na academia, porém poucos voltados à realidade amazônica dos ambientes varzeanos. As comunidades localizadas nas várzeas amazônicas, são lugar de rica biodiversidade e cultura por parte dos ribeirinhos que nela habitam, além de uma grande importância socioeconômica, pois é onde se produz grande parte dos alimentos consumidos nas sedes dos municípios e nas capitais. Sendo assim, estudos referentes a estes agroecossistemas são essenciais para seu melhor entendimento e para que políticas públicas sejam criadas e executadas de forma a contemplar de maneira mais assertiva os sujeitos sociais que vivem e exercem sua territorialidade nessas localidades.

Palavras-chave: Território, Governança, Agroecossistemas, Sustentabilidade.

ABSTRACT

The present work presents a vast bibliographical research that, allied to the research in loco, made possible the process of its intellectual craft. Tools adapted and adapted to the reality of those involved in the field research were used, namely, open interviews and forms with questions relevant to the theme, as well as the categories of analysis chosen for a better understanding of territory management in the São Francisco Community. Thus, territorial management, agroecosystems and governance were the 03 (three) categories of analysis that guided the research and contributed to the achievement of its general objective, which was to analyze territorial management in the São Francisco Community in the municipality of Careiro da Várzea (AM) , and also the reach of the specific objectives, which unfolded in 03 (three) chapters, each one addressed essential questions for the elucidation of how the territorial management happens in the study area. Studies regarding the management of territories are present in the academy, but few are focused on the Amazonian reality of the floodplain environments. The communities located in the Amazonian floodplains are a place of rich biodiversity and culture for the riverside people who live there, in addition to great socioeconomic importance, as it is where much of the food consumed in the cities and capitals is produced. Therefore, studies related to these agroecosystems are essential for their better understanding and for public policies to be created and implemented in order to more assertively contemplate the social subjects who live and exercise their territoriality in these locations.

Keywords: Territory, Governance, Agroecosystems, Sustainability.

LISTA DE SIGLAS

CEASA - Central de Abastecimento

CEP - Comitê de Ética em Pesquisa

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDAM - Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Amazonas

MMA - Ministério do Meio Ambiente

NUSEC - Núcleo de Socioeconomia

OCS - Organizações de Controle Social

PNMA - Política Nacional do Meio Ambiente

UFAM - Universidade Federal do Amazonas

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Costa da Terra Nova no período da cheia	18
Figura 2: Localização da comunidade estudada	19
Figura 3: Visita à Comunidade São Francisco acompanhando outras equipes de trabalho	20
Figura 4: A genealogia dos moradores da Comunidade São Francisco	34
Figura 5: Tipos de residências predominantes na Comunidade São Francisco	38
Figura 6: Escola Municipal Professora Francisca Góes	39
Figura 7: Barcos disponibilizados pela prefeitura municipal do Careiro da Várzea ..	39
Figura 8: Unidade Básica de Saúde da Família São Francisco.....	40
Figura 9: Canteiro suspenso com madeira e tonel plástico reutilizado.....	48
Figura 10: Canteiro flutuante com troncos e tábuas de madeira	49
Figura 11: Hortas com plantio direto no solo	53
Figura 12: Hortas suspensas utilizadas durante o período de cheia	54
Figura 13: Micropoderes partindo da observação empírica dos sujeitos da pesquisa	68
Figura 14: Diagrama de Venn da influência dos atores envolvidos na gestão do território	70

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Espécies apontadas como cultivadas na Comunidade São Francisco....	52
Quadro 2: Fortalezas quanto às práticas de conservação ambiental.....	57
Quadro 3: Oportunidades quanto às práticas de conservação ambiental	58
Quadro 4: Fraquezas quanto às práticas de conservação ambiental.....	59
Quadro 5: Ameaças quanto às práticas de conservação ambiental.....	59

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Quantidade de participantes da pesquisa por faixa etária	36
Gráfico 2: Grau de escolaridade dos moradores da Comunidade São Francisco....	37
Gráfico 3: Outros trabalhos executados pelos comunitários além da agricultura.....	51
Gráfico 4: Serviços mais leves	55
Gráfico 5: Serviços mais pesados.....	55
Gráfico 6: Principais cuidados com a natureza	56
Gráfico 7: Benefícios em participar da Associação de Produtores Rurais Costa da Terra Nova.....	72
Gráfico 8: Organizações sociais frequentadas pelos moradores da comunidade....	74
Gráfico 9: Principais tipos de conflitos existentes na comunidade	75

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA	15
OBJETIVO GERAL	17
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	17
PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	18
REFERENCIAL TEÓRICO	23
CAPÍTULO I – OS SUJEITOS SOCIAIS E INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS NO PROCESSO DE GESTÃO TERRITORIAL NA COMUNIDADE SÃO FRANCISCO	29
INTRODUÇÃO	29
1. A genealogia dos sujeitos sociais da Comunidade São Francisco.....	30
2. Conjecturas dos sujeitos sociais e da gestão da comunidade São Francisco	36
CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
REFERÊNCIAS.....	42
CAPÍTULO II – AS ATIVIDADES PRODUTIVAS E OS TRABALHOS DESENVOLVIDOS NOS AGROECOSSISTEMAS DA COMUNIDADE SÃO FRANCISCO	45
INTRODUÇÃO	45
1. Comunidade São Francisco e as configurações dos agroecossistemas na várzea	46
2. A organização dos trabalhos na Comunidade São Francisco	50
3. Estratégias de conservação dos agroecossistemas existentes na Comunidade	55
CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
REFERÊNCIAS.....	62
CAPÍTULO III – A TESSITURA DA TEIA DE PODER E AS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL EXISTENTE NA COMUNIDADE SÃO FRANCISCO.	65

INTRODUÇÃO	65
1. As Relações de poder presentes no cotidiano da Comunidade São Francisco	66
2. Pressupostos quanto às formas das organizações sociais na Comunidade São Francisco	71
CONSIDERAÇÕES FINAIS	76
REFERÊNCIAS.....	78
CONSIDERAÇÕES FINAIS DA DISSERTAÇÃO	80
CRONOGRAMA DE ATIVIDADES	82
REFERÊNCIAS.....	83
ANEXOS	87
APÊNDICES	89

MEMORIAL

Acreditando na necessidade de salientar a história que me trouxe até o tema deste trabalho de pesquisa, optei por elaborar esse memorial e incluir nesta dissertação. Me chamo Wladson de Jesus Souza, tenho 36 anos, sou graduado em Administração pelo Centro Universitário do Norte, onde fui aprovado com uma bolsa integral, devido ao meu desempenho no ENEM. No curso de Administração, sempre tive maior afinidade com as disciplinas que envolvem assuntos pertinentes à gestão ambiental e uso sustentável dos recursos.

Pelas empresas onde passei, como a MAG Seguros e White Martins Gases Industriais, procurei sempre fazer cursos e participar de projetos que envolvem programas de gestão sustentável dos recursos e meio ambiente.

A fim de adquirir conhecimento em outra área à qual sou encantado, em 2016 ingressei no curso de Ciências Biológicas na Universidade Federal do Amazonas (UFAM), curso ainda em andamento. Em minha segunda graduação, tive uma maior oportunidade de contato com as questões regionais e ambientais. Poder trabalhar com temas aos quais sempre nutri grande paixão, fizeram desenvolver-me como profissional e ser humano. Tive a oportunidade de ser bolsista do Programa de Iniciação Científica no NUSEC, meu trabalho teve como tema a Certificação de Produtores Orgânicos no Amazonas: Potencialidades e Vulnerabilidades e foi finalizado em julho de 2017. Continuei participando de projetos de pesquisa, de extensão e eventos que contribuía com a comunidade.

Principais contribuições científicas:

SOUZA, W. J.; COSTA, F. S. Certificação de Produtores Orgânicos no Amazonas: Potencialidade e Vulnerabilidades. In: Lucielio Manoel Silva; Paulo Guilherme Salvador Wadt; Karina Thais Lima Burity; Elaine Almeida; Delarmelinda Honoré; Marcos Gervasio Pereira. (Org.). **Caminhos da Produção Agroflorestal na Amazônia**. 1ªed. Porto Velho: Núcleo Regional Noroeste - SBCS, 2021, v. 1, p. 54-75.

ALVES, J. B.; COSTA, F. S.; SOUZA, W. J. Organização social como instrumento de fortalecimento da agricultura familiar no Amazonas. **Revista Terceira Margem Amazônia**, v. 3, p. 121-137, 2018.

COSTA, F. S.; PEREIRA, K. L.; CASTRO, A. P.; FRAXE, T. J. P.; SOUZA, W. J. Bases para a transição agroecológica no estado do Amazonas. Cadernos Agroecológicos. **Cadernos Agroecológicos**, v. 13, p. 1-5, 2018.

DONEGÁ, M. V. B.; COSTA, F. S.; CASTRO, A. P.; SOUZA, W. J. A criação da organização de controle social (OCS) Paraíso Terra Nova (Careiro da Várzea/AM) como mecanismo de inclusão social. In: VI Conferência Internacional de Pesquisa sobre Economia Social e Solidária - CIRIEC, 2017, Manaus. **Anais da VI Conferência Internacional de Pesquisa sobre Economia Social e Solidária - CIRIEC**. Manaus: UFAM, 2017. v. 1. p. 1-5.

INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

Entender a gestão territorial no contexto amazônico pode elucidar questões peculiares e diversas que abrangem as comunidades da região. Na maioria destas áreas, a economia gira em torno da agricultura familiar. Abramovay (1997), define a agricultura familiar como algo além das ideias de pequena produção, agricultura de subsistência ou como empreendimento de baixa renda, é essencial entender sua viabilidade econômica, aliados aos valores sociais que sua prática e fortalecimento incorpora. Para compreender esses conceitos é necessário elucidar a base material sob a qual estão assentados esses sujeitos sociais: o território.

Território vai além de um espaço físico limitado por uma demarcação legal, nele existem relações entre os sujeitos sociais, instituições, processos e ambiente, deve-se levar em consideração também a história local, dentre outros fatores. Estas relações diferenciam aquele espaço de outros, criando características e formando uma identidade, mesmo com a diversidade dos indivíduos que nele habitam.

Levando em consideração a etimologia, território tem origem na palavra *terra*, mais precisamente de terra sob uma jurisdição, sendo assim, território também remete ao poder, pois nele se fazem presentes relações hierárquicas, explícitas ou não.

Haesbaert (2004) afirma que o território se desdobra ao longo de um *continuum* que vai da dominação político-econômica mais 'concreta' e 'funcional' à apropriação mais subjetiva e/ou 'cultural-simbólica'. Existem vários autores que discutem essa categoria, como Saquet (2009), Carlos Walter Porto-Gonçalves (2006), entre outros.

Para a compreensão dos desdobramentos decorrentes do território e dos diversos pontos que envolvem a gestão territorial no contexto amazônico, foi escolhida para o desenvolvimento da pesquisa a comunidade São Francisco, localizada na área conhecida como Costa da Terra Nova, no município do Careiro da Várzea-AM. Devem ser consideradas algumas particularidades da localidade que podem interferir direta ou indiretamente nas questões tidas como mais concretas e nas mais subjetivas.

Por estar em uma área de várzea, o território sofre bastante influência por parte da seca e cheia dos rios, a sazonalidade interfere diretamente na economia local.

Além disso, a comunidade está inserida em uma Área de Proteção Ambiental e possui singularidades territoriais, o que potencializou a necessidade da presente pesquisa.

O estudo foi realizado a partir da análise de dados coletados por meio de ferramentas adequadas para o alcance de cada objetivo. As pesquisas *in loco* objetivaram a realização de entrevistas abertas, aplicação de formulários, e a partir de dados coletados nas entrevistas e formulários, foi possível elaborar a Matriz F.O.F.A., Diagrama de Venn, quadros e gráficos. Essas ferramentas foram construídas junto com 01 (um) integrante de cada grupo familiar que tinha no mínimo 18 (dezoito) anos de idade. Ao todo, 18 (dezoito) famílias fizeram parte deste trabalho, colaborando com a construção das ferramentas utilizadas.

A compreensão da gestão territorial na área de estudo, possibilitou uma visão mais complexa e sistêmica das relações de poder e interações sociais entre os atores deste sistema, mais especificamente dos agroecossistemas. As ferramentas utilizadas foram de grande importância para o desenvolvimento desta pesquisa, a obtenção de dados fornecidos pelos moradores da área estudada foi indispensável para o entendimento da gestão territorial no Amazonas. O território onde se localiza a Comunidade São Francisco apresenta características desafiadoras, levando em consideração as condições peculiares da várzea, a origem dos moradores da comunidade, a riqueza cultural e dos recursos naturais.

O conhecimento quanto às formas que se pode gerir os diversos territórios e territorialidades existentes em uma região com dimensões continentais, como a Amazônia, é de grande importância para que as tomadas de decisões sejam mais eficazes e as políticas públicas possam alcançar todas as localidades. É importante ressaltar que além da flora e fauna, a região amazônica possui uma diversidade de povos que precisam ser alcançados pelas políticas públicas.

Partindo desse contexto, este estudo sobre a gestão de território na Comunidade São Francisco no município do Careiro da Várzea (AM) conta com embasamento teórico aliado à prática, investigação *in loco*, podendo servir de base para estudos em outras localidades do Amazonas, observando as particularidades de cada território.

OBJETIVO GERAL

Analisar a gestão territorial na Comunidade São Francisco no município do Careiro da Várzea (AM).

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Identificar os sujeitos sociais e instituições envolvidas no processo de gestão territorial na área de estudo;
- Compreender as atividades produtivas e o manejo dos trabalhos desenvolvidos nos agroecossistemas;
- Descrever a tessitura da teia de poder e as formas de organização social existentes na comunidade.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Área de estudo

A comunidade São Francisco está inserida na margem direita do rio Amazonas, próximo ao Encontro das Águas, localiza-se em uma área chamada Costa da Terra Nova, que por sua vez, está situada no distrito da Terra Nova, um dos 10 distritos que formam o município do Careiro da Várzea-AM.

Segundo Fraxe (2010), a comunidade foi dividida em 03 (três) partes, sendo assim, deu origem a outras duas comunidades, a comunidade São José e Nossa Senhora da Conceição. A divisão ocorreu na década de 1970 devido ao aumento do número de famílias, conseqüentemente houve o crescimento da área habitada, o que levou ao aumento na distância entre as propriedades, a sede da comunidade e a igreja católica que era uma das principais organizações sociais da época. O solo do território é predominantemente de várzea (figura 01), o que torna o ciclo produtivo desse agroecossistema diferente de outros municípios.

Figura 1: Costa da Terra Nova no período da cheia

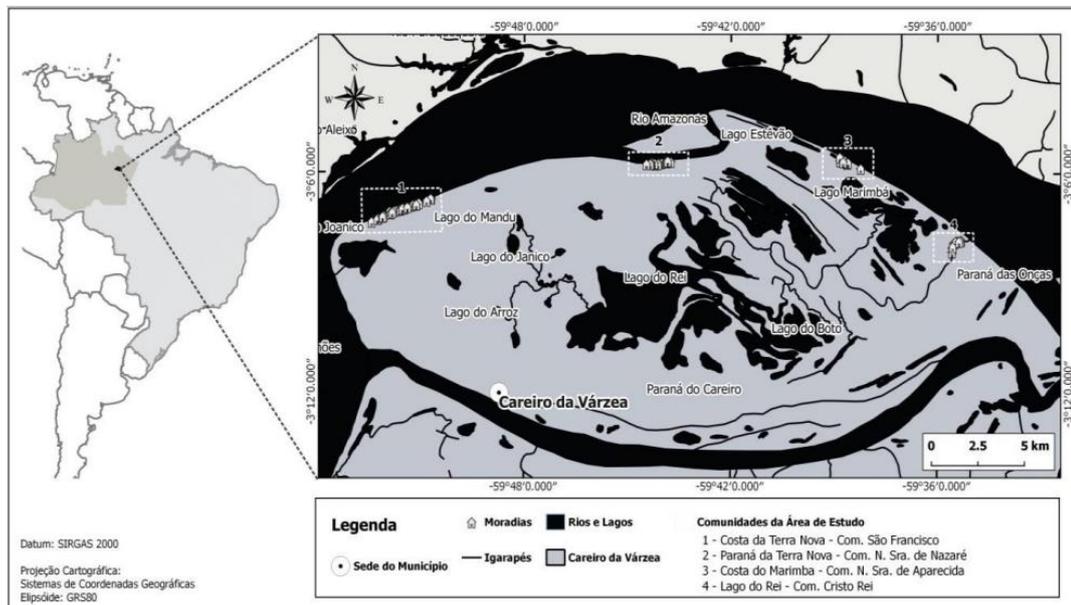


Fonte: Pesquisa de campo, 2022.

A várzea da Amazônia ocorre ao longo dos rios e planícies inundáveis, esse ambiente é periodicamente inundado e está sob o regime hidrológico do rio Amazonas e de seus afluentes mais próximos, por isso é bastante dinâmico, sendo constantemente remodelado pelos rios (SIOLI, 1964).

O acesso à área de estudo (figura 02) é feito exclusivamente por meio de barcos regionais, conhecidos como voadeiras, a partir do porto da Central de Abastecimento (CEASA) na zona Sul de Manaus, sendo assim, é necessário deslocar-se de Itacoatiara até Manaus. A viagem até a capital dura em torno de 4 horas de carro ou ônibus, já a travessia do rio de Manaus até à comunidade, dura em torno de 20 minutos, este tempo pode variar de acordo com a sazonalidade, tendo em vista que, a localidade sofre grande interferência das cheias e vazantes dos rios da região devido ao território ser predominantemente de várzea.

Figura 2: Localização da comunidade estudada



Fonte: PEREIRA et al., 2017.

Foram coletadas informaes quantitativas e qualitativas, e a análise dos dados ocorreram pelo método descritivo. Segundo Geertz (2008), o método descritivo permite a análise e a descrição de características de um fenmeno, com o estabelecimento de relações entre as variáveis observadas. As pesquisas descritivas têm são amplamente utilizadas para pesquisar características de um grupo, o padrão de atendimento à comunidade por parte de um órgão público, condições de habitação em determinada localidade, criminalidade ou até mesmo opinião e crenças de uma população (GIL, 2002).

Metodologia

Este trabalho utilizou-se de ferramentas interdisciplinares para o seu desenvolvimento, tendo em vista a interdisciplinaridade e transdisciplinaridade do tema e visando o alcance do objetivo geral, analisar a gestão territorial na área a ser pesquisada. A transdisciplinaridade permite a reflexão da multidimensionalidade do real, por meio da coordenação dos conhecimentos advindos das diferentes disciplinas, mas com o objetivo da transcendência (SILVA, 2000). Sendo assim, foram traçados três objetivos específicos, cada um buscou elucidar questões que contribuiriam para o alcance do objetivo geral. Para cada um dos objetivos, determinou-se a utilização de ferramentas que melhor se adéquem às especificidades destacadas. Cada objetivo específico desdobra-se em um capítulo deste trabalho, dessa forma, pode-se aprofundar no tema a fim de uma melhor compreensão de suas particularidades, levando em consideração cada uma das 03 (três) categoria de análise, sendo elas: Gestão territorial, governança e agroecossistema.

Para a coleta de dados, foram realizados trabalhos de campo na Comunidade São Francisco, para observação *in loco* do território. O intuito dos encontros, foi observar as interações sociais no ambiente e no território, possibilitando assim a utilização mais adequada das ferramentas escolhidas, visando a eficácia no alcance dos objetivos deste trabalho.

Figura 3: Visita à Comunidade São Francisco acompanhando outras equipes de trabalho



Fonte: Pesquisa de campo, 2022.

Para identificar os sujeitos sociais e instituições envolvidas no processo de gestão territorial na área de estudo, foram realizadas entrevistas abertas e formulários com 18 famílias que equivalem a 30% dos núcleos familiares que vivem na comunidade São Francisco. As entrevistas possuíram indagações pertinentes às questões pessoais, papel social que o morador exerce na comunidade e seu conhecimento sobre as instituições que fazem parte da administração local. Os formulários, por sua vez, foram constituídos por questões objetivas, porém os comunitários ficaram livres para acrescentar algo que julgassem necessário. As ferramentas mencionadas forneceram dados para a elaboração de quadros e gráficos com a finalidade de representar os resultados desta pesquisa.

A utilização de formulários e entrevistas abertas também objetivaram a compreensão das atividades produtivas e dos trabalhos desenvolvidos nos agroecossistemas. Estas ferramentas deram o suporte necessário para a geração dos dados que foram tabulados. Dessa forma, objetivou-se uma visualização mais prática das funções, tarefas e a interação com o agroecossistema por meio das tabelas, gráficos e da construção da Matriz F.O.F.A. construídos a partir dos resultados da pesquisa.

Segundo Carpi Jr. et al. (2014); Ribeiro et al. (2018), apesar do uso da Matriz F.O.F.A. ter sido mais difundido nos anos de 1990, há diversos relatos de seu uso no contexto do diagnóstico ambiental. Carvalho et al. (2019) afirmam que a ferramenta é amplamente utilizada também na educação ambiental. A Matriz F.O.F.A. foi elaborada a partir dos resultados obtidos através das entrevistas e formulários, onde os dados foram sistematizados e analisados, a ferramenta evidencia fatores internos e externos que interferem nas estratégias de conservação, a fim de identificar as forças e oportunidades, bem como as fraquezas e ameaças. A matriz SWOT (*strengths, weaknesses, oportunities, threats*), ou FOFA (fragilidades, oportunidades, fortalezas, ameaças) é uma ferramenta desenvolvida para o planejamento estratégico empresarial voltada para o diagnóstico, análise organizacional e elaboração de planos de ação (ULRICH, 2002).

Além dos instrumentos já mencionados, para descrever a tessitura da teia de poder e as formas de organização social existentes na comunidade, terceiro objetivo específico, foi elaborado o Diagrama de Venn, que segundo Vos (2007) evidencia as relações e interações sistêmicas em uma cadeia de relações recíprocas, e tem sido um instrumento acentuadamente utilizado na análise da governança.

A ferramenta foi construída para identificar a percepção de referências em liderança que os comunitários têm em relação aos próprios moradores da comunidade ou instituições. Foram empregados a elas um grau de importância representados por círculos, a partir dos resultados obtidos pelo trabalho de pesquisa.

Posteriormente, esta dissertação foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), com o objetivo de cumprir os preceitos éticos e científicos recomendados pela instituição. A pesquisa foi aprovada, sob o número 58927022.0.0000.5020.

REFERENCIAL TEÓRICO

A Amazônia brasileira compreende um conjunto de paisagens e dinâmicas socioecológicas interdependentes, configuradas por uma diversidade de atores, ecossistemas, usos da terra e práticas de manejo de recursos naturais (ATHAYDE et al., 2016). Compreender essa diversidade pressupõe entender as diversas formas de gestão territorial existentes.

A palavra gestão, vem do latim *gestío*, que por sua vez significa: ato de gerir, gerenciar, de administrar. Para Reinehr Dal Forno (2017), gestar é utilizar todas as funções e conhecimentos para, por meio de pessoas, atingir os objetivos de forma eficiente.

Gestão territorial é um conceito ainda em construção no âmbito acadêmico e fora dele. Este trabalho se fundamenta nos avanços teóricos relevantes. Em relação a este tema, têm-se no Brasil grandes nomes na pesquisa, dentre eles Haesbaert (1994, 2004, 2006 e 2007), Carlos Walter Porto-Gonçalves (2006), entre outros. Mesmo a temática não voltada para a região amazônica, esses autores trabalham a interação a partir de uma perspectiva global-local.

Para Haesbaert (2007), o território faz parte de um processo que envolve dominação e apropriação, e assim como territorialidade, deve ser trabalhado levando em consideração a multiplicidade de manifestações e poderes que coexistem nele. Essas formas de poder são representadas através da pluralidade de atores, sejam eles sujeito ouujeitados, em suas lutas coletivas e de resistência, já que poder não existe sem resistência.

Buscar o equilíbrio entre as questões humanas e ambientais é fundamental para o desenvolvimento com o menor impacto possível ao ambiente. Sendo assim, é importante levar em consideração aspectos humanos, pois território inclui sistemas sociais como parte de uma série de fatores essenciais para uma gestão territorial eficaz.

Maturana e Varela (1995) afirmam que, para operar um sistema social, devemos conhecer sua organização e estrutura, ressaltando as relações entre seus componentes, a relação com suas propriedades e com a própria estrutura social.

Quando se fala em gestão de territórios, faz-se cada vez mais necessário levar em consideração as questões ambientais, tendo em vista, as transformações repentinas e causadoras de grandes impactos que ocorrem no ambiente, que são consequências das ações antrópicas das últimas décadas. Mesmo não sendo considerada como uma nova Era Geológica o termo 'Antropoceno', segundo Cechin et al. (2015), expressa a noção de que a atividade humana adquiriu grande poder de transformar os ecossistemas que passa a ser considerada equivalente a uma força geológica suficiente para definir uma Era.

Segundo Reinehr Dal Forno (2017), foram nos anos de 1980, através da instituição da Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) em 1982, com a formação de todo um aparato legal, que o Brasil começou a organizar os processos ambientais e o assunto passou a fazer parte das discussões acadêmicas.

Norte Filho (2021) destaca que a constituição de 1988 prevê o direito ao desenvolvimento econômico e a um meio ambiente equilibrado, conceitos que em um primeiro momento, podem parecer antagônicos.

Nessa esteira, quanto à compatibilização do Direito Econômico com o Direito Ambiental, o fator natureza, ao lado do fator trabalho e do fator capital, compõe a tríade fundamental para o desenvolvimento da atividade econômica. Isto seria o bastante para justificar a indissociabilidade entre direito econômico e direito ambiental, contudo, existe outro ponto, tão ou mais forte que este: a finalidade do direito ambiental coincide com a finalidade do direito econômico (NORTE FILHO, 2021).

Para que se mantenha a autopoiese nos ecossistemas, é necessário que as atividades humanas sejam planejadas levando em consideração as questões ambientais e não somente econômicas, esse planejamento pode ser posto em prática através de um plano de gestão. Para ser efetivo, qualquer plano de gestão deve ser preventivo ao invés de corretivo, visar o futuro, contabilizar as experiências do passado, para efetivamente proteger os recursos remanescentes e restaurar ou reabilitar as unidades ambientais (CAVALCANTI, 2010).

Através de planos de ação baseados em teorias e práticas fundamentadas em estudos anteriores é possível antecipar-se aos possíveis problemas, estipular metas que levam ao alcance do objetivo proposto.

Utilizando as premissas de gestão e território, pode-se elucidar questões fundamentais para entender como se dão as relações de governança em uma comunidade amazônica, levando em consideração a diversidade e pluralidade que esta região possui. Os territórios são diversos e possuem variáveis como tamanho, clima, relevo e a densidade demográfica. Sendo assim, é necessária uma gestão direcionada para as características e particularidades de cada unidade territorial.

Cavalcante (2010), diz que quando se entende que as pequenas comunidades resultam das forças sociais, econômicas, ambientais e da reflexão crítica dos moradores, é possível aplicar o planejamento participativo, que é quando o coletivo dispõe de mecanismos capazes de influenciar a condução da máquina pública, consegue acessar aos meios de comunicação e dispõe de informações.

De acordo com Magno (2010), nas últimas décadas foram ampliadas as participações da sociedade civil nos canais e mecanismos de relação com o Estado. Independente do apoio de representantes da política tradicional, essas participações têm se caracterizado pela literatura como democráticas e participativas possibilitando o debate entre a população e a esfera pública.

Moraes (2004), afirma que mesmo com o aumento da participação, representar de forma igualitária os interesses da população na prática ainda é um grande desafio, pois grupos específicos acabam adquirindo benefícios diretos e monetários.

Em relação à categoria governança, Gonçalves (2006), Ribeiro (2005), e Veiga (2009) possuem pesquisas de grande impacto no Brasil e têm trabalhos reconhecidos mundialmente. Autores como Biermann (2004), Taiyab (2013), Esty e Ivanova (2003) são nomes de grande relevância no meio internacional, apresentando discussões importantes na temática e se aprofundando nas questões ligadas a ela. A análise da governança na sua dimensão territorial considera as articulações e interdependências entre atores sociais na definição de formas de coordenação horizontal e vertical da ação pública e regulação dos processos econômicos e sociais territoriais (PIRES, et al. 2011).

Os territórios na Amazônia são diversos e possuem várias peculiaridades como a importância que o regime das águas tem para o transporte, agricultura e economia em geral. A ocupação na região foi e continua sendo diferente de outros lugares do

país, além da grande concentração de pessoas nas capitais, existem as pequenas comunidades ribeirinhas, indígenas, quilombolas e comunidades urbanas que na maioria das vezes tem como principal fonte de renda a agricultura, emprego público ou extrativismo.

Governar os sistemas amazônicos subentende, portanto, gerir esta diversidade socioecológica e suas conexões locais e transescalares, reconhecendo as relações de poder, bem como as perdas e os ganhos de diferentes arranjos institucionais e decisões para diferentes atores (ATHAYDE et al., 2010).

As entidades governamentais têm papel muito importante na gestão territorial, pois criam leis, as executam e através dos órgãos reguladores fazem seu acompanhamento e fiscalização.

O conceito de governança, focando a ótica do setor público, relaciona-se com a capacidade e condições do Estado em exercer estas funções. Assim, cabe a este viabilizar a implementação de políticas sem priorizar apenas critérios técnicos ou políticos, aprofundando os vínculos entre o Estado e a sociedade (BREDARIOL et al., 2018).

É necessário também que haja organização por parte da sociedade, para que o poder e decisões não sejam centralizadas e os benefícios não se concedam de forma unilateral. A governança é formada pela interação entre instituições formais e suas regulamentações com instituições informais que representem parte da população por meio de organizações sociais. Sendo assim, governança pode ser entendida como uma rede de articulações políticas e sociais que transcendem as esferas governamentais de poder.

Ao longo dos últimos anos, as discussões de governança têm evoluído para um foco mais amplo, incluindo questões tais como gênero, pobreza, nexos (energia, alimento, clima), entre outros (RIBEIRO, et al. 2018).

Quando se fala em agroecossistemas, de acordo com Hecht (1991), o homem é um componente ativo, que organiza e gere os recursos do sistema. Para Altieri & Yurjevic (1991), em um agroecossistema podem estar envolvidos os elementos e fatores externos às unidades de produção, que influenciam e/ou determinam a sua

dinâmica, como por exemplo, os setores de apoio técnico ou creditício, o mercado, as indústrias de insumos e de transformação, entre outros.

Mesmo havendo pesquisas relacionadas à gestão territorial na região amazônica, não foram identificados trabalhos que analisam as relações entre os sujeitos sociais, instituições nos agroecossistemas de várzea e a tessitura da teia de poder, bem como as formas de organização social existentes neste tipo de território. Estas particularidades serviram como motivação para a elaboração deste trabalho.

Em relação ao território, existem vários desdobramentos que envolvem esta temática, como a territorialidade, relações de poder e uma série de conceitos relacionados aos atores sociais que nele convivem. Expressando uma visão sobre a dimensão identitária, a territorialidade leva em consideração as relações entre os sujeitos sociais e grupos existentes no território, esses por sua vez, formam uma identidade local.

A territorialidade manifesta-se por meio das ações dos grupos sociais e da apropriação simbólico-identitária do território (HAESBEART e LIMONAD, 2007).

As relações que envolvem questões territoriais são, por muitas vezes, conflituosas na história humana, desde a antiguidade, há relatos de conflitos tanto internos quanto externos. Para Haesbaert e Gonçalves (2006), a importância do espaço no mundo moderno-colonial e as contradições quanto a estrutura e princípio de soberania acabam por motivar estes conflitos.

Portanto, os autores supracitados foram utilizados como base epistemológica para a compreensão das categorias de análise do projeto e para o delineamento das ferramentas metodológicas que foram apresentadas *a priori*.

Para maior compreensão, foram utilizadas 03 (três) categorias de análise, foram elas: Gestão territorial, tendo Rogério Haesbaert (1994, 2004, 2006 e 2007) como principal referência. Quanto à Governança foram utilizados autores como Carlos Walter Porto-Gonçalves (2006), Wagner Costa Ribeiro (2005) e Frank Biermann (2004). Já na categoria Agroecossistemas, os trabalhos de João Labrador Moreno (1994), Miguel Altieri (1991 e 1994) e Eugene Odum (1971) serviram de referência para o delineamento e desenvolvimento conceitual. A partir desses autores, a

pesquisa se aprofundou em fatores de grande importância para o entendimento da gestão de territórios no contexto amazônico, que em grande parte são formados por comunidades onde a economia tem grande influência do governo e suas políticas públicas, bem como, a agricultura familiar complementa ou é a principal fonte de renda das famílias que habitam estes territórios.

É importante entender como cada componente do território tem sua importância para uma gestão eficiente, partindo do princípio de que cada um tem uma visão limitada sobre as diversas questões pertinentes ao tema, a objetividade e percepção dos fenômenos sociais de tal lugar podem sofrer impactos negativos, justamente pela forma única que cada indivíduo ou componente pode ter. Sendo assim, Maturana e Varela (1995), afirmam que seria esperado que todo membro que constitui o sistema social, como os governantes, os educadores, os economistas e todos a quem a comunidade delega alguma responsabilidade social, ou não, estivessem atentos à mudança conceitual que permita a compreensão fundamental de sua participação e responsabilidade diante da comunidade.

CAPÍTULO I – OS SUJEITOS SOCIAIS E INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS NO PROCESSO DE GESTÃO TERRITORIAL NA COMUNIDADE SÃO FRANCISCO

INTRODUÇÃO

Para se entender como a gestão territorial acontece, é importante entender que modelos rígidos baseados no eurocentrismo não são aplicáveis em todos os tipos de território. Para Porto-Gonçalves (2006), não é sobre negar o conhecimento vindo da Europa, mas sim, entender que existem especificidades de cada lugar, das pessoas que o habitam e exercem a territorialidade e em relação a geograficidade social ou política. O termo geograficidade é muito utilizado por teóricos da geografia humanista e pela geografia cultural, esse conceito traz o discurso sobre a relação direta que liga o homem à Terra (MONTEIRO 2012).

Levando em consideração a importância do ser humano, enquanto sujeito social, e instituições quando se fala em gestão territorial, este capítulo apresenta a identificação desses atores no território da Comunidade São Francisco no Careiro da Várzea (AM).

Foram realizados trabalhos de campo na comunidade para o melhor entendimento da relação das pessoas com as instituições formais, lideranças, entre outros. Equipes que desempenham outros trabalhos na Comunidade São Francisco e nas comunidades vizinhas situadas na Costa da Terra Nova, foram acompanhadas, tendo em vista que, este trabalho atua prezando pela interdisciplinaridade que a área de estudo envolve.

Para isso, foram realizadas entrevistas com os moradores da comunidade e o preenchimento de formulários. Após a sistematização dos dados, foi possível elaborar representações gráficas dos resultados obtidos. A pesquisa foi realizada com um componente por grupo familiar, no total, 18 famílias foram entrevistadas e preencheram o formulário, a quantidade foi determinada pois equivalem a 30% do total de famílias do território estudado.

Em relação ao embasamento teórico, neste capítulo são citados autores nacionais e internacionais como referência em gestão territorial e diversas áreas das

ciências sociais e ambientais, tendo em vista, o perfil multidisciplinar que envolve o tema desta dissertação.

Ao se pensar na sociedade como um grande sistema composto por vários elementos, onde cada um deles tem um papel na formação de um todo, pode-se avistar algumas classificações dadas aos diversos componentes que habitam esse território.

Para Garcia (1996), a classe dos sujeitos sociais abrange diversas dimensões que vão além da função que eles exercem no processo produtivo, na sociedade e englobam diversos fatores como a vida familiar, redes de lazer e práticas religiosas.

A comunicação efetiva entre os cidadãos da sociedade civil com os sujeitos sociais coletivos é essencial em um Estado democrático como o Brasil. Segundo Gohn (2004), a participação social desses sujeitos nas esferas públicas como em conselhos, comitês de governança, entre outras formas de participação, garante a democratização na gestão pública, promove a identificação de prioridades nas políticas que atendam para além das questões emergenciais.

1. A genealogia dos sujeitos sociais da Comunidade São Francisco

Um ponto importante a ser observado quando se quer identificar os sujeitos sociais, é entender que, quando se fala em ser social, é necessário levar em consideração as relações que os indivíduos mantêm. Para Haesbaert (2007) todas as relações sociais, de algum modo, envolvem poder, a forma do poder deve ser qualificada, já que pode abranger desde o "anti-poder" da violência às formas menos coercitivas do poder, podendo ele ser simbólico, a depender da perspectiva teórica a ser observada.

Para se entender um território, é necessário compreender quem faz parte dele, pois são estas partes que formam o todo e o difere dos demais. Enquanto ser social, é importante observar o indivíduo, levando em consideração também o contexto quem que ele está inserido, seja em um núcleo familiar, um determinado campo de produção ou grupos que se organizam com objetivos sociais, culturais, religiosos.

Segundo Bourdieu (2007), os agentes sociais sofrem interferência do campo em que estão inseridos, definindo características, postos e posições sociais que

devem exercer para continuar nele. Campo social é um espaço onde há uma série de transformações no decorrer do tempo, ocorrem lutas entre partes e cada uma delas defende seus interesses com estratégias, mesmo que de forma inconsciente.

Os sujeitos sociais também são as empresas, o Estado e outras instituições, inclusive as igrejas, que de acordo com Fraxe (2010), foram cruciais para a formação da Comunidade São Francisco e comunidades que dela se originaram. Principalmente a igreja católica, que deu origem ao nome da comunidade e à maioria das comunidades próximas onde, por muito tempo, a festa do padroeiro ou padroeira foram os maiores eventos dessas localidades.

Para identificar os sujeitos sociais da comunidade, foi necessário entender o processo de ocupação no estado do Amazonas e a origem dos primeiros moradores da área onde hoje está localizada a comunidade São Francisco. De acordo com Benchimol (1999), a posse da Amazônia por parte dos europeus nos séculos XVII e XVIII foi marcada por grandes conflitos que envolveram portugueses, espanhóis, franceses, ingleses e holandeses.

Porém, foram os portugueses que tomaram posse da maior parte central do rio Amazonas, seus principais afluentes, tanto ao norte quanto ao sul, os espanhóis dominaram as áreas próximas às cordilheiras dos Andes e alto rio Negro e outras áreas mais ao norte. Os franceses, ingleses e espanhóis ficaram com uma porção relativamente pequena na região das Guianas. No século XIX, a porção da Amazônia que passou a ser dominada pelos portugueses, experimentou o surgimento dos processos agrícolas e extrativistas, não por parte dos povos nativos e sim pela classe política dominante, o que conferiu aos portugueses um certo oligopólio na regional.

Enquanto na região cafeeira do Brasil chegavam imigrantes da Europa, a Amazônia recebia muitas pessoas vindas do nordeste do país, principalmente do Ceará. Segundo Furtado (2007), com o desmonte do sistema de exploração dos indígenas, por parte principalmente dos jesuítas, os portugueses precisavam de mão-de-obra e para isso recrutaram nordestinos que foram atraídos pelas ofertas de trabalho, primeiramente em uma pequena parte do estado do Pará, onde a agricultura de exportação foi desenvolvida seguindo os moldes do Maranhão.

No restante da bacia amazônica, a economia se baseava em especiarias e produtos extraídos da floresta, porém a forma de extração e os poucos beneficiamentos a que eles eram submetidos, não permitia que as exportações tivessem níveis econômicos expressivos. Até a borracha teve seu início inexpressivo na economia da região. Foi no final do século XIX e início do século XX que as indústrias têxtil e de automóveis necessitaram cada vez mais da borracha como matéria-prima para seus produtos.

Nesse contexto, cada vez mais nordestinos eram recrutados e chegavam na região amazônica, principalmente no estado do Amazonas e no estado do Acre. Para Silva et al. (2010) a vinda de imigrantes do Nordeste e o avanço do capitalismo na região resolveria vários problemas, como a falta de mão-de-obra nos seringais na Amazônia e ao mesmo tempo os conflitos no Nordeste por conta de terras e das longas estiagens.

Os registros da época, quanto ao fluxo de migração eram precários, porém Furtado (2007) diz que dados do censo de 1872 e 1900 informam a população do Amazonas, Pará e do território onde hoje é o Acre, saltou de cerca de 329 mil pessoas para cerca de 695 mil. As péssimas condições de trabalho dos seringueiros e a exploração de forma inadequada nos seringais, foram determinantes para que a matéria-prima produzida na Ásia se sobressaísse, tanto pela qualidade, quanto pela quantidade ofertada às indústrias de todo o mundo.

Prado Júnior (2008), afirma que entre 1873 e 1876 sementes de seringueiras foram levadas do Amazonas para Londres, as plantas foram cultivadas de forma racional na Malásia e Ceilão, diferente da forma rústica e exclusivamente extrativista como era conduzida na Amazônia. Por volta de 1919 a exportação de borracha do Brasil já era irrelevante em relação a exportação oriunda da Ásia. Porém, a época em que a borracha teve seu auge, modificou a região amazônica, a população que em 1837 era de cerca de 337.00 habitantes, saltou para 1.100.00 em 1906.

Desta forma, Manaus surgiu como uma cidade moderna e até então próspera, seus 170.000 habitantes conheceram a riqueza e modernidade da época, porém com a baixa nas importações da borracha, os trabalhadores dos seringais tiveram que se adaptar à nova realidade, geralmente isolados em comunidades, mantendo algumas

atividades extrativistas como a castanha e a pesca, cultivando principalmente a mandioca que transformavam em goma e criando alguns animais.

De acordo com Benchimol (1999), na década de 1930 as famílias começaram a sair dos seringais e passaram a se agrupar em vilas e sítios na calha central do rio Solimões e do médio e baixo Amazonas, bem como para a capital Manaus, no caso do Amazonas. Além dos caboclos, as vilas amazônicas, passaram a contar com moradores vindos do Ceará e seus descendentes, agora como retirantes dos seringais. Muito da cultura nordestina foi incorporada às comunidades e assim influenciaram também a política e a economia local.

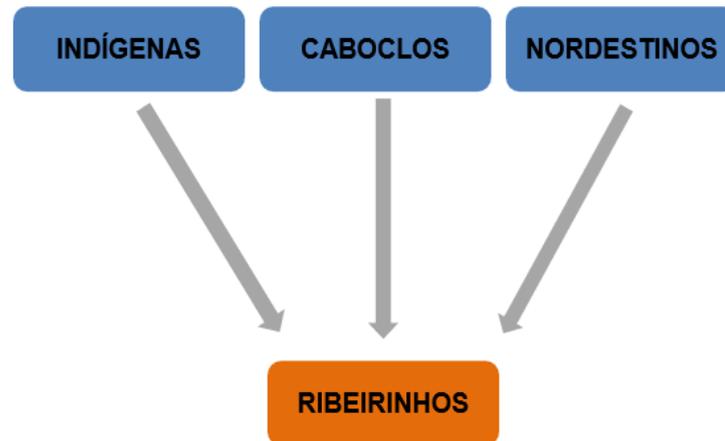
De forma geral, a população amazônica se concentra nas margens dos rios, tanto pelas riquezas naturais, principalmente em áreas de várzea, quanto pelo rio ser a principal, e muitas vezes a única via de transporte. Os habitantes dessas áreas, desenvolveram estratégias para melhor se adaptarem às condições ambientais, adequando seus sistemas de plantio, manejo e extração de recursos naturais de origem animal e vegetal (MCGRATH & GAMA, 2015).

Foi nesse contexto que a maioria das comunidades se formou no Amazonas, e não foi diferente com o município do Careiro da Várzea onde fica localizada a comunidade São Francisco, mais precisamente no distrito Terra Nova. De acordo com Praxe (2010), o Sr. Aldemir Procópio da Silva, faz parte da família que fundou a comunidade a partir de esforços de seu avô conhecido como Sr. Mucuru ainda no século XIX.

“Continuando sobre o surgimento da comunidade, indaguei a Sra. Iracema de Moraes Moreira, 74 anos, nascida na comunidade de São Francisco pelas mãos de uma parteira. Sra. Iracema inicia o seu depoimento relembando como era o lugar quando criança, e também a partir do que sua mãe e seu pai, ambos cearenses, que vieram com seus avós para serem soldados da borracha [...]” (PRAXE 2010).

Corroborando com autores como Benchimol (1999), Furtado (2007) e McGrath & Gama (2015), a pesquisadora Dra. Therezinha Fraxe entrevistou diversos moradores da Comunidade São Francisco em sua obra intitulada ‘Cultura cabocla-ribeirinha: mitos, lendas e transculturalidade’ de 2010, nas entrevistas pode-se confirmar a origem ou descendência nordestina de alguns moradores conforme figura 04.

Figura 4: A genealogia dos moradores da Comunidade São Francisco



Fonte: Pesquisa de campo, 2022.

Alguns moradores da comunidade conhecem a origem indígena de avós ou bisavós, outros não sabem ao certo a origem de sua família e muitos moradores informaram que têm familiares que vieram de estados do Nordeste para trabalhar em seringais, a maioria deles, independente da origem, se entende como ribeirinho. Sendo que dos entrevistados, 44,44% se autodeclarou como tendo a cor da pele branca e 55,55% se identificou como sendo de cor parda, vale ressaltar que a questão se referiu à cor da pele, não à raça ou etnia do participante. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a cor ou raça da população brasileira é dada com base na autodeclaração. Sendo assim, as pessoas respondem sobre sua cor de acordo com as seguintes opções: branca, preta, parda, indígena ou amarela.

Também foi observado um certo padrão quanto ao número de integrantes de cada núcleo familiar, geralmente com 5 filhos e em torno de 2 agregados. As famílias informaram que viver do extrativismo de produtos florestais, da agricultura e da pesca. O Capítulo 02, desta dissertação, evidencia de forma mais aprofundada as formas de trabalho e como elas são organizadas na comunidade.

Alguns moradores que possuem terras maiores, acabavam por arrendar parte de seus terrenos para a criação de gado, prática não bem vista pelos comunitários, devido aos impactos gerados. Além disso, a pecuária exige grandes extensões de terras e colabora para o desmatamento. As questões de gestão ambiental e territorial são abordadas de forma mais detalhada nos capítulos seguintes.

Para que possamos entender os sujeitos sociais, é importante levar em consideração o contexto em que ele está inserido, pois não é possível dissociá-lo da interação com o ambiente, suas relações, e os papéis que exercidos na sociedade.

O ser constitui-se como sujeito à medida que se constitui como humano. A noção de sujeito relaciona-se com a própria condição que constitui o ser humano, ou seja, um ser que é igual a todos os demais como espécie, igual a outros por pertencimento ao mesmo grupo social e diferente de todos como um indivíduo singular. Nesse aspecto, o ser humano é uma construção e não um dado (DIAS, 2020).

Mesmo inserido em um lugar social, com uma origem familiar e tendo interferências externas, o sujeito é singular, com suas próprias vivências e forma de ver o mundo, essas singularidades dão sentido ao lugar que ele ocupa, às relações que estabelece com os outros seres humanos e à sua própria história (CHARLOTE, 2000, apud DAYREL). Para Rezende et al. (2020), a forma como o sujeito social percebe o território é diretamente ligada aos seus ideais, as subjetividades dos seus valores, princípios e ética ambiental se tornam objetivo e concreto através da gestão territorial.

Conforme relatos de moradores antigos, a igreja católica foi a instituição crucial para formação da comunidade. Segundo Fraxe (2010) mesmo antes do Careiro da Várzea ser reconhecido legalmente como município, em 1987, a comunidade São Francisco já existia, segundo relatos, foi a igreja católica, através da pastoral da terra e de seus padres missionários, que aproximou os moradores, até então dispersos e sem nenhum tipo de organização ou representação. De acordo com o Sr. Nestor Pinheiro de Miranda, um agricultor de 53 anos, em entrevista para a Dra. Therezinha Faxte em seu livro *Cultura cabocla-ribeirinha: mitos, lendas e transculturalidade* de 2010:

“E nós aqui temos nossas as próprias leis que governa nossa comunidade, temos nossas próprias regras de conduta que regula o comportamento de cada comunitário. Essas leis são para que não ocorram desordem, elas são para manter a ordem. Aqui não tem polícia, não tem delegacia, mas tem ordem, tem que ter ordem até na diversão” (FRAXE, 2010).

Para o controle dos recursos, alguns consensos quanto ao uso das águas de trabalho, terras e florestas, podem ser observados e transformadas em leis, chamadas de acordos pelos comunitários que se comprometem a cumpri-las. Esses acordos são elaborados pelos próprios comunitários e discutidas em assembleias das associações das comunidades ribeirinhas. Essas associações por sua vez, levam os projetos para

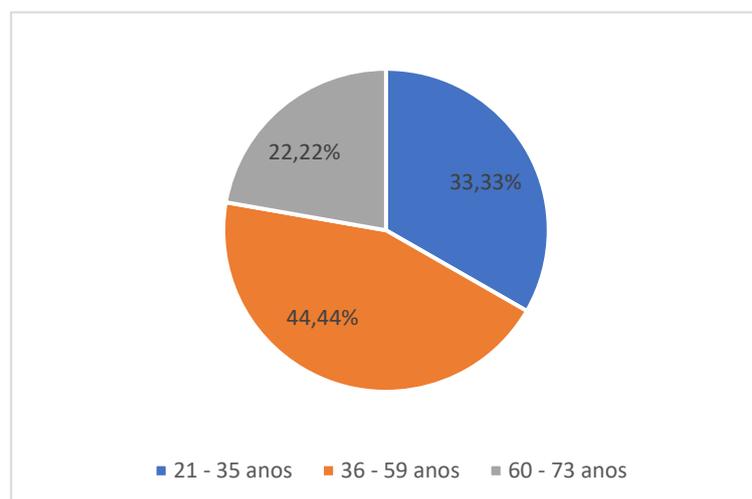
as instituições governamentais como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). As principais demandas em relação à preservação ambiental é a questão da pesca predatória nos lagos, o principal deles é o lago Joanico que conta com fiscalização do IBAMA. A comunidade possui uma associação com o nome de Associação Comunitária de Produtores de Terra Nova/Costa. A associação é formada por agricultores das comunidades São Francisco, São José e Nossa Senhora da Conceição, foi fundada em 1998, atualmente não possui sede física, dispõe de algumas ferramentas para uso coletivo dos associados e um trator de pequeno porte que se encontra parado por falta de peças e manutenção. Ela também atua como elo entre os produtores rurais e o INSS, auxiliando diretamente na aposentadoria de seus associados.

2. Conjecturas dos sujeitos sociais e da gestão da comunidade São Francisco

Participaram desta pesquisa 18 moradores da Comunidade São Francisco, localizada na Costa da Terra Nova no município de Careiro da Várzea no Amazonas. As entrevistas abertas e os formulários foram respondidos por 01 (um) integrante de cada grupo familiar, todos eram maiores 18 (dezoito) anos de idade. Ao todo, 18 (dezoito) famílias fizeram parte deste trabalho, colaborando com a construção das ferramentas utilizadas.

Foram entrevistados 09 (nove) homens e 09 (nove) mulheres, que declararam ter entre 21 (vinte e um) e 73 (setenta e três) anos de idade, a faixa etária de maior predominância foi de 36 a 59 anos conforme o gráfico 01.

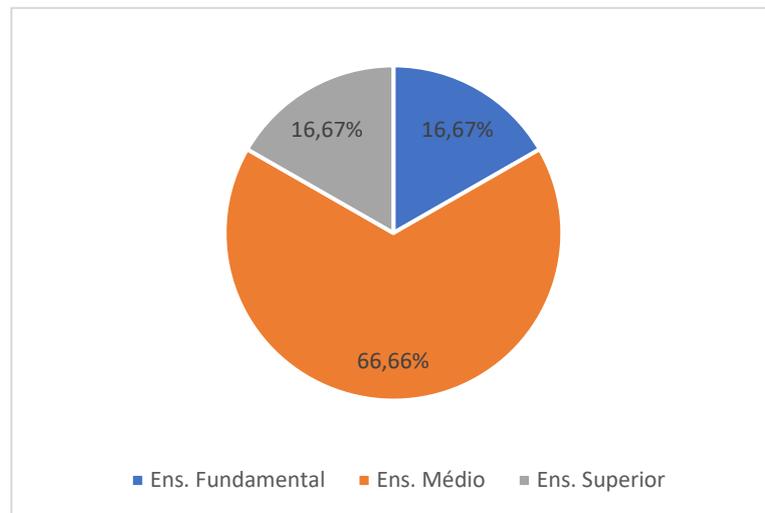
Gráfico 1: Quantidade de participantes da pesquisa por faixa etária



Fonte: Pesquisa de campo, 2022.

Dentre as pessoas que responderam as questões, 03 (três) afirmaram ter o ensino fundamental completo, 12 (doze) o ensino médio completo e 03 (três) informaram ter ensino superior completo (gráfico 02). A escola localizada na comunidade, se mostrou uma das instituições mais presentes no cotidiano dos moradores, conforme pode ser verificado nos desdobramentos desta dissertação.

Gráfico 2: Grau de escolaridade dos moradores da Comunidade São Francisco



Fonte: Pesquisa de campo, 2022.

Quanto ao lugar de origem dos participantes da pesquisa, 72,22% nasceram na Comunidade São Francisco e 61,11% sempre moraram nela. Em relação à unidade domiciliar, 88,88% disseram morar em terreno próprio com documentação regularizada e 100% em imóvel próprio também com documentação regularizada. Vivem em média 03 (três) pessoas por residência, o que para Chayanov (1985) e Schneider (2013), significa pouca diversificação na fonte de renda e formas de trabalhos exercidos pelo núcleo familiar.

As casas possuem uma arquitetura típica da região amazônica (figura 05), com paredes, portas e janelas de madeira, construídas sobre estruturas também de madeira, conhecidas como pernambancas. O teto possui folhas de zinco, somente os banheiros são construídos em alvenaria, com fossa comum, sem tratamento séptico. Dos participantes que responderam ao formulário, apenas 01 (um) tinha a casa construída totalmente em alvenaria.

Figura 5: Tipos de residências predominantes na Comunidade São Francisco



Fonte: Pesquisa de campo, 2022.

Todos informaram utilizar a água do poço artesiano comunitário que abastece a escola da comunidade, a Escola Municipal Professora Francisca Góes. A energia elétrica regular da rede pública chega a todas as residências, e 01 (um) dos moradores complementa o abastecimento com o uso de uma placa solar.

Ao se tratar das práticas religiosas, 88,88% disseram que praticam alguma religião, sendo que 31,25% deles congregam na igreja Adventista do Sétimo Dia, 18,75% participam da Assembleia de Deus e 50% da igreja Católica São Francisco. Na comunidade existem os festejos do santo padroeiro na igreja Católica e um retiro de carnaval na igreja Adventista. Os festejos são formas importantes de fortalecimento de relações e construção de laços quanto à sociabilidade, de acordo com Simmel (2006), essas interações que ocorrem nas festas, podem aliviar possíveis conflitos e tensões existentes entres os sujeitos.

Em relação às instituições, além das igrejas, a comunidade possui as instituições ligadas à prefeitura municipal do Careiro da Várzea, sendo elas, a Escola Municipal Professora Francisca Góes (Figura 06) que é um importante elo de socialização entre os moradores, não só da Comunidade São Francisco, mas de todas as comunidades localizadas na Costa da Terra Nova, como a Comunidade São José, Nossa Senhora da Conceição e comunidades próximas.

Figura 6: Escola Municipal Professora Francisca Góes



Fonte: Pesquisa de campo, 2022.

No período da cheia, o acesso à escola se dá somente por barcos de pequeno porte (figura 07), que a prefeitura do município disponibiliza para o transporte dos alunos e trabalhadores da educação.

Figura 7: Barcos disponibilizados pela prefeitura municipal do Careiro da Várzea



Fonte: Pesquisa de campo, 2022.

Há também a Unidade Básica de Saúde da Família São Francisco (Figura 08), que presta serviços de atendimento à saúde de menor complexidade, geralmente tem um enfermeiro ou enfermeira no local e eventualmente um médico ou médica clínico geral. Os casos de maior complexidade são encaminhados para a sede do município ou para Manaus.

Figura 8: Unidade Básica de Saúde da Família São Francisco



Fonte: SOUZA, 2017.

A comunidade conta com uma associação de trabalhadores rurais desde 1998 chamada Associação Comunitária de Produtores de Terra Nova/Costa, que no momento da presente pesquisa, não possui sede física, e auxilia seus associados principalmente quanto às questões relacionadas à aposentadoria como trabalhador rural. Outrora, a associação deu origem à OCS Paraíso Terra Nova, que possibilitava a venda dos produtos como orgânicos em feiras e outras formas de venda direta ao consumidor, porém a mesma encontra-se suspensa desde o início da pandemia de 2020. A criação da OCS foi viabilizada pelas equipes de pesquisadores do NUSEC.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os sujeitos sociais na comunidade São Francisco se identificam pelas relações que estabelecem entre si. As famílias costumam morar no mesmo terreno, porém em casas separadas, trabalham juntas na agricultura, que é a forma de trabalho que mais se identificam, como agricultores, com prática de cultivo que aprenderam com seus pais. A religiosidade é bastante presente entre os moradores e também se mostrou uma forma de identificação, as religiões citadas foram a Adventista do Sétimo Dia, Assembleia de Deus e Igreja Católica São Francisco.

Os indivíduos da Comunidade São Francisco, enquanto seres sociais, se interligam e constituem o território, e se expressam na territorialidade. O contrário também acontece, pois o espaço sem sujeito social, sem territorialidade é somente um espaço. Não é possível dissociá-lo de suas relações, sejam sociais, com o trabalho ou familiares, bem como, dissociá-lo da interação com o ambiente que o cerca. Esse conjunto de fatores, formam a territorialidade que por mais subjetivo que possa parecer, se torna objetivo quando se pensa em gestão territorial.

As instituições se materializam de maneiras diferentes, vindo da vontade de obter melhorias para a comunidade e bem-estar comum, se materializam de forma não convencional, surgem a partir de sentimentos comuns entre os comunitários, seja para obtenção de melhorias quanto às atividades produtivas, para a estrutura dos espaços de uso comum na comunidade como os lagos e florestas ou para resolução de problemas individuais, porém comuns a maioria dos moradores. É a partir dos próprios comunitários que na maioria das vezes se formam as instituições, sejam as associações comunitárias, a exemplo da Associação Comunitária de Produtores de Terra Nova/Costa e as igrejas.

Na Comunidade São Francisco também estão presentes duas instituições, a Escola Municipal Professora Francisca Góes e a Unidade Básica de Saúde da Família São Francisco, ambas ligadas à prefeitura municipal do Careiro da Várzea. Os sujeitos sociais e as instituições que fazem parte do processo de gestão territorial na comunidade são complexos e essenciais para a manutenção da floresta em pé, ao mesmo tempo, necessitam ter o apoio de instituições formais para se manterem de pé e resilientes, contribuindo para a reprodução social nos agroecossistemas.

REFERÊNCIAS

BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia – formação social e cultural**. Valer/ Editora da Universidade do Amazonas, p. 75-153, 1999.

BOURDIEU, Pierre. **A Economia das trocas simbólicas**. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.

CHAYANOV, A. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Vision, 1985.

DAYRELL. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**, nº 24, p. 40-52, 2003.

DIAS, Tarlyson Guilherme Leite. Reconhecendo a juventude como um sujeito social numa breve discussão com o seu território de ação. **EDUCTE: Revista Científica do Instituto Federal de Alagoas**, v. 8, p. 914-922.

FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto. **Cultura cabocla-ribeirinha: mitos, lendas e transculturalidade**. 2a edição. São Paulo: Annablume, p. 68-85, 2010.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, p. 81-133, 2007.

GARCIA, Sylvia Gemignani. Cultura, dominação e sujeitos sociais. **Tempo Social; Rev. Sociol. USP**, S. Paulo, v. 8, n. 2, p.159-176, 1996.

GOHN, Maria da Glória. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. **Saúde e Sociedade**, v.13, n. 2, p.20-31, maio/ago. 2004.

HAESBAERT, Rogério. Território e multiterritorialidade: um debate. **Geographia**, ano 9, n. 17, p. 19-46, 2007.

MCGRATH, David Gibbis.; GAMA, Antônia Socorro Pena. **A questão fundiária e o manejo dos recursos naturais da várzea: análise para elaboração de novos modelos jurídicos**. Manaus: ProVárzea – IBAMA/MMA, p. 37, 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18319-cor-ou->

[raca.html#:~:text=De%20acordo%20com%20dados%20da,1%25%20como%20amar%20ou%20ind%C3%ADgenas](#). Acessado em: 01 de setembro de 2022.

MONTEIRO, Juliana Pereira de Andrade. Da representação à consciência geográfica: O *lócus*. a existência, o filme. **Geograficidade**, v. 2, n. especial, p. 194, 2012.

MOREIRA, Iracema de Moraes. Entrevista concedida à Therezinha de Jesus Pinto Fraxe. **Cultura cabocla-ribeirinha: mitos, lendas e transculturalidade**. 2a edição. São Paulo: Annablume, p. 69, 2010.

MIRANDA, Nestor Pinheiro. Entrevista concedida à Therezinha de Jesus Pinto Fraxe. **Cultura cabocla-ribeirinha: mitos, lendas e transculturalidade**. 2a edição. São Paulo: Annablume, p. 67, 2010.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, p. 180, 2008.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. De saberes e de territórios: Diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana. **Geographia**, ano 8, n. 16, p. 42, 2006.

REZENDE, Marília Gabriela Gondim; FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto; WITKOSKI, Antônio Carlos. Território e o modus operandi da governança nas terras, florestas e águas de trabalho na comunidade São Francisco, Careiro da Várzea (AM). **Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente**, n. 42, v. 1, p. 118-139, 2020.

SILVA, Aldemir Procópio. Entrevista concedida à Therezinha de Jesus Pinto Fraxe. **Cultura cabocla-ribeirinha: mitos, lendas e transculturalidade**. 2a edição. São Paulo: Annablume, p. 68, 2010.

SILVA, Adilson de Almeida; SILVA, Antônio Carlos Galvão; PAULA, Jania Maria; SILVA Josué da Costa; SOUSA, Lucileyde Feitosa. O processo de des(re)territorialização dos trabalhadores nordestinos no território amazônico durante o ciclo da borracha. **Revista Geografar**, Curitiba, v. 5, n. 1, p. 61-82, 2010.

SCHNEIDER, S. **Pluriatividade e plurirrendimentos nos estabelecimentos agropecuários do Brasil e das regiões Sul e Nordeste: uma análise a partir do Censo Agropecuário 2006**. Brasília: IPEA, 2013.

SIMMEL, Georg. **Questões fundamentais de sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

CAPÍTULO II – AS ATIVIDADES PRODUTIVAS E OS TRABALHOS DESENVOLVIDOS NOS AGROECOSSISTEMAS DA COMUNIDADE SÃO FRANCISCO

INTRODUÇÃO

A cultura, as relações sociais, as atividades produtivas e laborais são alguns dos fatores que formam a territorialidade. Essas questões são importantes para que a gestão territorial seja adequada, levando em consideração as questões subjetivas, mas também as questões objetivas que caracterizam os sujeitos sociais e tornam o território único.

Ao identificar os atores do processo de gestão territorial no capítulo I, pôde-se destacar a importância dos produtores rurais da agricultura familiar, que é a forma de produção predominante na região estudada. A compreensão das atividades produtivas e trabalhos desenvolvidos na Comunidade São Francisco, são informações importantes para se entender o contexto deste agroecossistema e da gestão do território. Futuramente pode servir de base para estratégias de gestão e governança na região. Segundo Mafra e Silva (2004), as atividades produtivas e suas diferentes formas de produção são elementos que, pelo uso dos atores sociais, é possível entender a gestão do território.

Para obtenção de dados, foram realizadas entrevistas abertas e preenchimento de formulários. As entrevistas e formulários foram direcionados a responder questões diferentes do capítulo anterior, porém no mesmo contexto de gestão do território na Comunidade São Francisco. Os dados obtidos foram tabulados e com eles foi possível sistematizar informações em gráficos e quadros, além da matriz F.O.F.A.

Quanto aos conceitos teóricos, foram utilizados autores regionais, nacionais e internacionais que abordam a temática agroecossistemas, bem como as características de produção agrícola na região amazônica e as questões socioeconômicas e socioambientais.

Considerando a agricultura como parte considerável na economia das comunidades amazônicas, compreender como as atividades produtivas e trabalhos desenvolvidos nos agroecossistemas é de grande importância para o entendimento

das complexas pautas relacionadas aos atores envolvidos nos processos políticos, socioculturais e a relação com o ambiente.

Para entender do que trata o termo agroecossistema é necessário a compreensão do que é ecossistema. Odum (1971), define o termo como uma “*unidade funcional básica, composta por elementos bióticos e abióticos que interagem, exercendo influência uns sobre os outros*”.

Segundo Labrador Moreno & Altieri (1994), agroecossistema se refere à unidade ambiental onde se desenvolve a atividade de agricultura, silvicultura e pecuária onde há um conjunto de processos ou interações e sinergismos que nele intervêm. Mesmo que os ecossistemas "naturais" e os agroecossistemas tenham muitos aspectos em comum, um sistema agrícola difere em vários aspectos fundamentais de um sistema “natural” o principal deles é a interferência humana.

1. Comunidade São Francisco e as configurações dos agroecossistemas na várzea

O território da comunidade é predominantemente de várzea, que segundo Guerra (2008) são áreas de planície próximas dos rios que acabam sofrendo grande interferência do ciclo das águas por serem terrenos mais baixos. A comunidade fica alagada por cerca de 5 meses, o que requer adaptação dos organismos que habitam este complexo agroecossistema. Sendo assim, são as águas que definem muitas questões relativas às atividades produtivas dos comunitários, o tipo de moradia e até o meio de transporte.

Todos os participantes da pesquisa (100%) responderam que utilizam barco para se locomover, tanto na comunidade no período da cheia, quanto para outras áreas do município do Careiro da Várzea ou Manaus. Durante a vazante, é possível utilizar outros meios de transporte dentro da comunidade e se deslocar para as comunidades vizinhas localizadas na Costa da Terra Nova. Dentre as respostas, 66,66% disseram utilizar motocicleta, 16,66% carrocinha, 5,55% utiliza algum animal, e 5,55% bicicleta. A carrocinha é uma estrutura de ferro adaptada para motocicletas, utilizada no período em que o território da comunidade não está alagando ou enxarcado. Nela os agricultores transportam ferramentas, mercadorias, produtos agrícolas e até pessoas.

A subida e descida das águas, também é um fator que interfere diretamente na fertilidade do solo, de acordo com Machado et al. (1996), o substrato das áreas de várzea amazônica é formado por sedimentos trazidos pelas águas, principalmente pelos rios de água branca que trazem consigo uma grande porção de matéria orgânica e nutrientes.

Os agricultores do Careiro da Várzea não têm muitos problemas com a fertilidade do solo. Entretanto, para melhorar ainda mais a conservação do solo, utilizam compostagem e cobertura morta. A compostagem é a "reciclagem dos resíduos orgânicos", uma técnica que permite a transformação de restos orgânicos (sobras de frutas e legumes e alimentos em geral, podas de jardim, trapos de tecido, serragem, etc) em adubo (MMA, 2017). A cobertura morta, também chamada de *Mulch*, é uma técnica que consiste em distribuir sobre a superfície do solo uma camada de palhas ou outros resíduos vegetais entre as linhas das culturas ou apenas até a projeção da copa das plantas (OLIVEIRA et al., 2002).

Sendo assim, o solo dessas áreas acaba sendo fertilizado naturalmente com compostos importantes para as plantas, dessa forma, foi possível adaptar culturas produzidas pelos caboclos, que segundo McGrath e Gama (2015), passaram a ocupar principalmente a beira dos rios, o que não foi diferente na área estudada.

O processo chamado de *fenômeno das terras caídas*, é observado principalmente na porção oeste do território da comunidade, e vem alterando a paisagem de forma significativa. Para Carvalho e Cunha (2011), esse fenômeno tem relação com a erosão do solo de várzea que é oriundo de um processo geomorfológico-fluvial. Segundo moradores da comunidade, a passagem de grandes embarcações é um dos fatores que tem intensificado a queda das terras e tem mudado as configurações de ocupação de algumas áreas do território.

Os moradores da Comunidade São Francisco deixaram claro nas entrevistas que, não veem como problemas os processos naturais que ocorrem no território, pois com o passar dos anos, puderam se adaptar às condições ambientais do agroecossistema. Logo, a subida e descida dos rios e o fenômeno das *terras caídas*, são plenamente contornadas com estratégias e tecnologias desenvolvidas pelos ribeirinhos e passadas de geração em geração (figuras 09 e 10).

O problema é quando esses processos são intensificados pela ação antrópica, os comunitários relataram nas entrevistas, que têm observado nos últimos anos uma certa irregularidade quanto ao período de cheia e vazante e também quanto ao nível de elevação e descida das águas, bem como o aumento na erosão do solo na parte oeste da Costa da Terra Nova.

Estas alterações interferem diretamente na organização dos trabalhos dos agricultores, que anteriormente poderiam se planejar, com uma certa antecedência, porém com as mudanças climáticas dos últimos anos, se veem forçados a novas estratégias adaptativas a cada ano.

Culturas como a do maxixe (*Cucumis anguria*), por exemplo são plantadas diretamente no solo e não se adaptam facilmente aos canteiros suspensos, o maracujá também tem a produção totalmente interferida pela sazonalidade, já que o seu plantio é feito diretamente no solo.

Figura 9: Canteiro suspenso com madeira e tonel plástico reutilizado



Fonte: Pesquisa de campo, 2021.

Os agricultores criam sistemas de engenharias para que o plantio não seja interrompido durante a cheia dos rios e lagos. Na figura 09, pode-se observar uma horta suspensa, que os ribeirinhos chamam de canteiros. Geralmente são construídos totalmente em madeira, porém, alguns materiais são reaproveitados como os toneis de plástico, baldes e garrafas plásticas.

Figura 10: Canteiro flutuante com troncos e tábuas de madeira



Fonte: Pesquisa de campo, 2021.

Dentre as estratégias de conservação utilizadas durante as cheias, está o uso de troncos de árvores caídas, que são retirados da floresta e acabam funcionando como uma plataforma flutuante, onde os agricultores acomodam vasos, caixas de madeira e qualquer outro material que seja possível cultivar as plantas.

Outra estratégia importante, utilizada pelos agricultores no agroecossistema da área de estudo, é a diversificação da produção que para Sherer et al. (2006), além de permitir uma oferta constante, ampla e variada de alimentos para autoconsumo, proporciona maior estabilidade ao sistema produtivo. Tendo em vista as variações que ocorrem no período cheia e vazante, os produtores de áreas de várzea tem que adaptar sua plantação de acordo com a sazonalidade. Além da produção de hortaliças, os agricultores realizam o plantio de frutas, plantas medicinais e algumas ornamentais.

O plantio direto no solo é realizado entre os meses de agosto e setembro e a colheita é realizada até fevereiro do ano seguinte, já entre os meses de abril e julho o solo da comunidade fica submerso e o plantio só ocorre em canteiros suspensos e vasos. Essa expressão da territorialidade, remete ao conceito de homens anfíbios de Fraxe (2000) e delineado na tese de Rezende (2018).

As estratégias utilizadas, para que a produção possa ser uma fonte de renda durante todo o ano, bem como, para suprir o autoconsumo, acabam imbricando com

a gestão ambiental. É importante salientar que gestão territorial difere de gestão territorial, mesmo que muitas vezes uma questão perpassa a outra. De acordo com Barreto-Filho e Correia (2009), estudos que evidenciam as diferenças entre a gestão ambiental e gestão territorial têm sido aprimorados nas últimas décadas, ressaltando as diferenças que ocorrem em seus desdobramentos.

Quando se fala em territorialidade os principais autores que trabalham esta temática, são Saquet (2009), Santos (2010), e Haesbaert e Limonad (2007), entre outros autores importantes na literatura científica recente.

Saquet (2009) evidencia as relações diárias e momentâneas vivenciadas entre o ser humano e a natureza, ao mesmo tempo que contrapõe a visão de Raffestin (1993) que trata o território como centro das relações com a ausência de significados intrínsecos criadores da territorialidade.

Santos (2010) descreve territorialidade como a relação com o território, com o homem e suas atividades que dão vida ao território.

Para Haesbaert e Limonad (2007), a territorialidade se expressa na cultura, nas atividades do cotidiano, nos símbolos identitários do território e de grupos sociais que pertencem a ele.

Na Comunidade São Francisco, a territorialidade imbrica-se com práticas sustentáveis que ocorrem no agroecossistema. De acordo com Duarte et al. (2018), as práticas que respeitam o tempo de recuperação do solo, bem como, o uso de estratégias que não o degradam, acaba gerando conhecimento em relação aos elementos ambientais e uma forte ligação simbólica do sujeito com o ambiente em que está inserido.

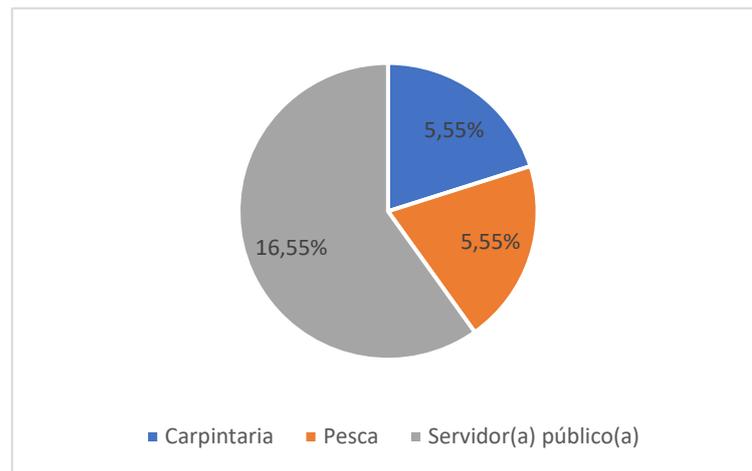
Sendo assim, territorialidade é uma forma mais subjetiva no que se refere ao território, isso não significa dizer que é menos complexa, pois envolve uma série de questões que são capazes de diferenciar um território de outro, para além da geograficidade política.

2. A organização dos trabalhos na Comunidade São Francisco

Sobre as atividades produtivas, 94,44% dos moradores entrevistados tem a agricultura como principal fonte de renda. Sendo assim, a maioria deles se identifica

como agricultor, porém alguns exercem alguma outra atividade remunerada, seja para outras pessoas ou instituições (Gráfico 03). Diante disso, 5,55% dos entrevistados responderam trabalhar também com pesca e carpintaria e 16,55% disseram ser funcionários públicos da prefeitura do município.

Gráfico 3: Outros trabalhos executados pelos comunitários além da agricultura



Fonte: Pesquisa de campo, 2022.

O trabalho na comunidade é extremamente ligado à sazonalidade, a sua organização varia de acordo com a subida e descida dos rios e lagos existentes no território. O etnoconhecimento sobre a relação das águas e a fertilidade do solo, faz com que os ribeirinhos elaborem engenharias para que a produção não seja afetada pelo ciclo natural dos rios.

Para Duarte et al. (2018), há uma relação de reciprocidade entre o caboclo e o ambiente, tendo em vista que, o processo de fertilização do solo começa a partir da preparação do mesmo, que por sua vez fecunda as águas na cheia, fazendo com que os agricultores esperem a próxima vazante para plantar na terra renovada.

Os agricultores informaram algumas espécies que cultivam, conforme quadro 01, dentre elas algumas frutas e plantas medicinais. Porém, é a produção de hortaliças que predomina nas propriedades, devido ao seu ciclo rápido que permite uma diversificação nas estratégias de cultivo.

Quadro 1: Espécies apontadas como cultivadas na Comunidade São Francisco

NOME POPULAR	NOME CIENTÍFICO
Chicória	<i>Cichorium endívia</i>
Quiabo	<i>Abelmoschus esculentus</i>
Cebolinha	<i>Allium schoenoprasum</i>
Couve	<i>Brassica olerace</i>
Coentro	<i>Coriandrum sativum</i>
Maxixe	<i>Cucumis anguria</i>
Pimenta Murupi	<i>Capsicum chinense</i>
Maracujá	<i>Passiflora edulis</i>
Jambú	<i>Acmella oleracea</i>
Cariru	<i>Talinum fruticosum</i>
Alface	<i>Lactuca sativa</i>
Tomate	<i>Solanum lycopersicum</i>

Fonte: Pesquisa de campo, 2022.

A chicória (*Cichorium endívia*) é o produto mais cultivado (por 77,22% dos agricultores), seguida do quiabo (*Abelmoschus esculentus*) que é cultivado por 55,55% dos ribeirinhos. Metade dos entrevistados (50%) informou que plantam cebolinha (*Allium schoenoprasum*), a couve (*Brassica olerace*) corresponde a 33,33% do plantio, o coentro (*Coriandrum sativum*) totaliza 27,77% dos produtos informados pelos produtores.

Em menor quantidade estão o maxixe (*Cucumis anguria*) com 16,66%, seguido da pimenta (*Capsicum chinense*), maracujá (*Passiflora edulis*) e jambú (*Acmella oleracea*) todos com 11,11%. Já o cariru (*Talinum fruticosum*), a alface (*Lactuca sativa*) e tomate (*Solanum lycopersicum*) são cultivados por com 5,5% dos agricultores.

Um dado importante a ser destacado é que todos os produtores deixam de plantar em algumas áreas por volta de 5 (cinco) meses, isso permite que o solo se regenere até o próximo período de vazante. De acordo com Junk et al. (1997) o regime das águas é fundamental para o balanço dos nutrientes, bem como corrobora para o equilíbrio da cadeia alimentar e para a manutenção do ciclo de energia.

Sendo assim, os produtores constroem estruturas elevadas em madeira, pouco antes do início da cheia do rio, para continuar plantando e colhendo os produtos ao longo do ano. Todos (100%) disseram praticar o plantio direto (Figura 12), 88,88% deles utilizam canteiros suspensos (Figura 13) nos períodos de cheia e em 100%, o aprendizado foi passado pelos pais.

Figura 11: Hortas com plantio direto no solo



Fonte: Pesquisa de campo, 2022.

O plantio direto só é possível no período de seca dos rios, que ocorre entre o final de julho e meados de fevereiro. É geralmente realizado por meio de leiras que são abertas e preparadas em agosto, quando o solo está menos encharcado e mais preparado para receber as sementes e mudas. As leiras, são geralmente montadas a partir da mistura de resíduos, de maneira a prover condições ótimas de degradação, que possuem propriedades químicas, densidade e tamanho de partículas diferentes (EPSTEIN, 1997).

Figura 12: Hortas suspensas utilizadas durante a o período de cheia



Fonte: Pesquisa de campo, 2021.

Segundo Duarte et al. (2018), as hortas suspensas só são eficientes com plantas que necessitam de pouca terra, o que acaba por restringir a quantidade de cultivos no período da cheia.

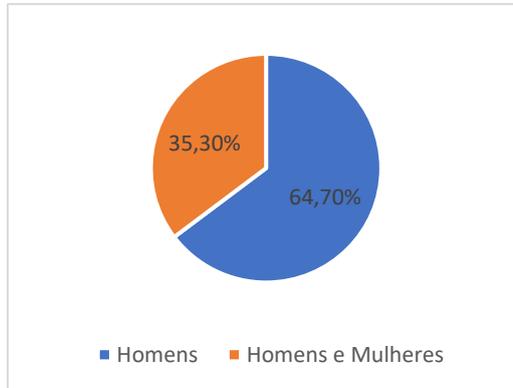
Quanto ao apoio financeiro por parte de instituições, todos os entrevistados (100%) responderam que não recebem financiamento ou qualquer tipo de apoio de órgão do governo e nenhum dos participantes informou receber assistência técnica por parte dos órgãos competentes.

Os produtores recebem em média R\$ 589,29 (quinhentos e oitenta e nove reais e vinte e nove centavos) semanais com a venda de seus produtos, desses, 82,35% plantam durante todo o ano e 17,65% plantam somente na vazante. A maioria trabalha com a família, que é um dos requisitos que caracterizam a modalidade como sendo parte da agricultura familiar conforme disposto no Art. 3º da lei 11.326, de 24 de julho de 2006. Somente um dos entrevistados disse trabalhar de forma individual.

O trabalho é dividido conforme os gráficos 04 e 05, onde 64,70% dos serviços mais pesados são realizados pelos homens. Já em relação aos serviços considerados mais leves 94,12% é realizado em conjunto entre homens e mulheres. Foram considerados como serviços mais pesados a broca, a derrubada, a queima, o encoivramento, a capina, a adubação e a aplicação de agrotóxicos. Já os mais leves foram serviços como plantio, desbrota, colheita e o beneficiamento. Vale salientar que

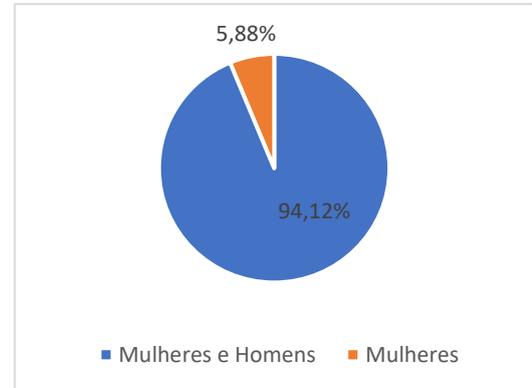
as mulheres também são responsáveis pelos afazeres domésticos e criação dos filhos, além da agricultura.

Gráfico 5: Serviços mais pesados



Fonte: Pesquisa de campo, 2022.

Gráfico 4: Serviços mais leves



Fonte: Pesquisa de campo, 2022.

Quanto à mão-de-obra fora do núcleo familiar, 58,82% disse pagar outras pessoas, no máximo 02 (duas), para ajudar nas atividades produtivas e sempre em regime temporário com pagamento por diária que custa em média R\$ 61,00 (sessenta e um reais). Os serviços envolvem colheita, plantio e outras atividades que envolvem o processo produtivo.

3. Estratégias de conservação dos agroecossistemas existentes na Comunidade

O etnoconhecimento a respeito do território e estratégias que possibilitam conviver com a entropia do ambiente, permitem uma interação harmoniosa e menos danosa com os agroecossistemas, respeitando a resiliência de cada elemento que o compõe. Para Souza e Almeida (2010) o etnoconhecimento é essencial, pois é por meio do saber ambiental passado através dele que as estratégias adaptativas para lidar com as transformações climáticas e fenômenos oriundos da sazonalidade são construídas.

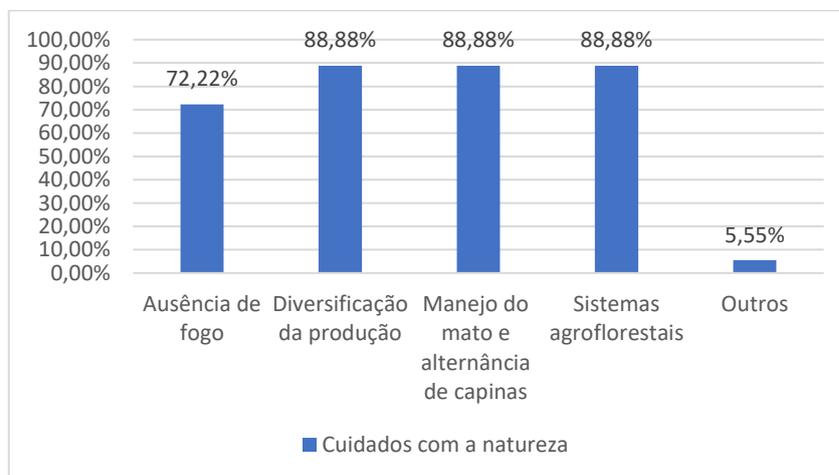
A gestão das questões que envolvem o ambiente natural, é essencial para o manejo sustentável no território, pois é capaz de diminuir os impactos causados pelos sujeitos sociais e pelas atividades produtivas desenvolvidas no território. Bem como, prolongar a permanência das pessoas no lugar e a produtividade necessária para geração de renda das famílias que ali vivem, permitindo assim, a manutenção da autopeise que para Maturana e Varela (1995) é a capacidade de reprodução dos seres vivos que fornecem condições necessárias para a manutenção vida.

O saber ambiental é uma realidade entre os ribeirinhos que habitam a comunidade, os conhecimentos empíricos perpassam as gerações e se juntam ao conhecimento acadêmico por meio de projetos de extensão em parceria com as instituições formais. Vale destacar a relação duradoura que o Núcleo de Socioeconomia (NUSEC) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) tem com as comunidades da Costa da Terra Nova, promovendo a troca de conhecimento através de oficinas, cursos e reuniões, e viabilizando a criação da Organização de Controle Social (OCS) Paraíso Terra Nova, que no momento está com as atividades suspensas.

O saber ambiental é para Leff (2015), a forma de ressignificar um conjunto de valores que envolve novas concepções acerca de desenvolvimento, pautadas por uma nova racionalidade social em relação aos processos produtivos. De acordo com Gliessman (2008), o conhecimento da dinâmica das espécies leva a um manejo bem-sucedido. Sendo assim, o saber ambiental pode aumentar a produtividade, além promover a sustentabilidade dos agroecossistemas.

Em relação aos cuidados com a natureza (Gráfico 06), os moradores da comunidade relacionaram algumas práticas, sendo a diversificação da produção, manejo do mato e alternância de capinas e sistemas agroflorestais os mais utilizados. O fogo ainda é presente em algumas propriedades, porém 72,22% informou que não utiliza a queima de lixo ou outros materiais. A categoria outros foi uma questão aberta, onde a estratégia citada foi a de não jogar lixo nos rios e lagos existentes na comunidade.

Gráfico 6: Principais cuidados com a natureza



Fonte: Pesquisa de campo, 2022.

A gestão territorial e gestão ambiental, por vezes imbricam-se, porém, diferem em vários aspectos. Barreto-Filho e Correia (2009), são críticos à noção da gestão de recursos naturais, amplamente difundida em políticas públicas, essa visão reduz a questão ambiental ao um conjunto de estratégias administrativas, que foca no gerenciamento dos recursos e redução de riscos. Para Little (2006), a gestão territorial é um conceito que perpassa a gestão ambiental, resulta da imbricação entre as noções de gestão e território, pois envolve tanto o controle territorial, quando as questões ambientais. Sendo assim, é possível inferir que a gestão ambiental vai além das questões burocráticas que envolvem a gestão do território, pois abrange todos os elementos físicos que constituem o ecossistema, proporcionando sua homeostasia.

Dentre os principais problemas ambientais relatados estão a falta de coleta de lixo que foi citada por 72,22% dos moradores da comunidade, seguido do desmatamento com 38,88%, a poluição das águas por 22,22% e a falta de saneamento básico citada por 11,11% dos ribeirinhos. Para Martins (2016), a conservação da agrobiodiversidade na Amazônia vem sendo desenvolvida a muito tempo pelos agricultores familiares da região, estratégias conservacionistas são utilizadas e são extremamente importantes para a promoção da sustentabilidade na agricultura. Sendo assim, a construção da Matriz F.O.F.A. foi importante para evidenciar os fatores internos: Fortalezas e fraqueza. Bem como, os fatores externos: Oportunidades e ameaças.

Quadro 2: Fortalezas quanto às práticas de conservação ambiental

	Fortalezas (Fatores internos)
Pontos Fortes	Diversificação da produção com o cultivo de hortaliças, frutas, leguminosas e raízes
	Alguns produtores já tiveram contato com plantio orgânico, pois havia um grupo certificado na modalidade OCS (Organização de Controle Social)
	Estratégias que possibilitam o repouso do solo
	Baixa utilização de fertilizantes sintéticos devido à alta fertilidade do solo
	A escolaridade da maioria dos moradores é o nível médio
	Comunitários totalmente adaptados às condições naturais
	Conhecimento sobre adubação orgânica

Fonte: Pesquisa de campo, 2022.

As fortalezas, descritas no quadro 02, são referentes aos fatores internos e que são possíveis de serem controlados pelos sujeitos sociais que fazem parte da Comunidade São Francisco. Pela categoria predominante na comunidade ser agricultura familiar, o conhecimento empírico é um forte aliado na conservação do ambiente. O contato com a Universidade do Amazonas (UFAM), através do NUSEC, possibilitou uma troca de conhecimento quanto às práticas agroecológicas e de formas de trabalho que causam menos impacto ambiental.

Quadro 3: Oportunidades quanto às práticas de conservação ambiental

Oportunidades (Fatores externos)	
Pontos Fortes	O território não é muito viável para a pecuária, que necessita de grandes áreas abertas, por ser em uma área de várzea, permanece alagada por meses
	O solo da comunidade é fértil devido ao ciclo de cheia e vazante das águas do rio e dos lagos
	Difícil acesso, sendo possível apenas por barcos pequenos, o que dificulta a entrada de invasores e escoamento de produtos extraídos ilegalmente
	Proximidade com Manaus, que possibilita o escoamento da produção agrícola, não sendo necessário recorrer ao extrativismo insustentável ou à caça e pesca ilegal
	O relevo do território permite o pousio do solo durante cerca dos 6 meses no período da cheia

Fonte: Pesquisa de campo, 2022.

Quanto às oportunidades (quadro 03), referem-se aos fatores externos que não tem os ribeirinhos como desencadeadores. Um fator de extrema relevância são as características geográficas do território, seu relevo e clima, que são favoráveis para a fertilidade e regeneração do solo. Essas características resultam inclusive no pousio do solo, que segundo Cirne e Souza (2014), refere-se ao tempo em que não se semeia no solo, é uma técnica que tem como objetivo promover a conservação da terra pois sem a existência de cultivos, por um período de tempo previamente estabelecido, o solo consegue se regenerar naturalmente. A proximidade com Manaus, também é um fator importante, pois possibilita o escoamento da produção para o CEASA e feiras da capital.

Quadro 4: Fraquezas quanto às práticas de conservação ambiental

	Fraquezas (Fatores internos)
Pontos Fracos	Uso excessiva de agrotóxicos
	A certificação de produtores orgânicos está suspensa
	Falta de sensibilização em relação aos malefícios do uso excessivo de veneno nas plantações
	Fossas comuns, sem tratamento séptico
	Desmatamento excessivo no interior da ilha do Careiro, próximo à comunidade

Fonte: Pesquisa de campo, 2022.

O quadro 04, refere-se às fraquezas, que são fatores internos e que podem ser alterados a partir de mudanças de práticas de cultivo e comportamento. Apesar de não usarem tanto fertilizante sintético, os produtores recorrem ao uso de agrotóxicos. A falta de comprometimento com a OCS dos produtores causou a suspensão das atividades. O cultivo de produtos orgânicos é importante para a manutenção da saúde dos agricultores, do solo e de todo o agroecossistema. Além disso, a venda de orgânicos tornava os produtos mais competitivos no mercado e promovia melhoria de renda entre os participantes.

Quadro 5: Ameaças quanto às práticas de conservação ambiental

	Ameaças (Fatores externos)
Pontos Fracos	Não há coleta regular de lixo
	Embarcações passam em frente à comunidade e passageiros jogam lixo
	Embarcações grandes que passam próximo, aceleram o fenômeno de terras caídas
	Desregulação do regime hídrico, com cheias cada vez mais altas e secas extremas
	Aquecimento global interferindo em todo o ecossistema, causando o desaparecimento de plantas e animais

Fonte: Pesquisa de campo, 2022.

As ameaças levam em consideração fatores externos e causam grande impacto na vida dos ribeirinhos, além de desencadear uma série de transtornos à

homeostasia dos agroecossistemas. O desequilíbrio ambiental causado pelas mudanças climáticas globais, foi percebido amplamente pelos entrevistados, ele é expresso diretamente pela desregulação que vem ocorrendo no ciclo hidrológico dos rios e lagos da comunidade. As chuvas estão ocorrendo fora dos períodos onde eram mais comuns, as cheias dos rios estão cada vez mais intensas, assim como as secas, o que interfere negativamente em todos os organismos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este capítulo destacou as particularidades que o ambiente de várzea apresenta, e as tecnologias desenvolvidas pelos ribeirinhos para se adequarem às condições ambientais vivenciadas nos agroecossistemas varzeanos. É importante observar que as práticas produtivas são adaptadas à sazonalidade, respeitando o ciclo das águas e as condições de resiliência do solo, possibilitando assim, a homeostasia do sistema natural onde a área de estudo está localizada.

A produção é diversificada, o que é importante do ponto de vista ambiental, pois permite que o solo se regenere após um tempo de repouso, ora imposto pelo regime das águas, mas também reafirmado pelos conhecimentos passados de pais para filhos e filhas.

A diversificação da produção também influencia na renda dos produtores e em uma alimentação mais balanceada, já que todos também utilizam a produção para o autoconsumo.

Mesmo os moradores da comunidade tendo total adaptabilidade em relação às variações naturais que ocorrem no ambiente, os ribeirinhos relataram que observam mudanças em relação ao passado, quando poderiam se programar de forma mais assertiva por meses e até anos. Sendo assim, novas engenharias e estratégias se fazem necessárias para que nenhuma das culturas deixem de ser produzidas por conta dessas mudanças observadas e novas sejam desenvolvidas nos agroecossistemas.

REFERÊNCIAS

BARRETTO-FILHO, H.; CORREIA, C. **Gestão ambiental e/ou territorial de/em Terras Indígenas: subsídios para a construção da PNGATI**. Brasília: MMA e MJ, 2009.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. **Compostagem Doméstica, Comunitária e Institucional de Resíduos Orgânicos - Manual de Orientação**.

Disponível em: http://arquivos.ambiente.sp.gov.br/municipioverdeazul/2016/07/rs6-compostagem-manualorientacao_mma_2017-06-20.pdf. Acesso em: 10 de setembro de 2022.

BRASIL. Poder executivo. **Lei 11.326, de 24 de julho de 2006**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 de julho de 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm Acesso em: 16 de setembro de 2022.

CARVALHO, José Alberto Lima de; CUNHA, Sandra Baptista. Terras caídas e consequências sociais na Costa do Miracauera, município de Itacoatiara-Amazonas, Brasil. **Revista Geográfica de América Central**, Número Especial EGAL, 2011.

CIRNE, Mariana Barbosa; SOUZA, Ana Glória Santos Moreira de. Pousio: o que é e quais são os seus possíveis reflexos nas questões ambientais. **Revista Veredas do Direito**, Belo Horizonte, v.11, n.21, p.75-106, 2014.

DUARTE, J. C. S.; REZENDE, M. G. G.; FRAXE. T. J. P. A materialização da territorialidade na comunidade São Francisco (Careiro da Várzea/AM). **Revista Terceira Margem**, v. 3, n. 11, p. 203, 2018.

EPSTEIN, E. **The science of composting**. Boca Raton: CRC Press. 504 p., 1997

FRAXE, Therezinha J. P. **Homens anfíbios: etnografia de um campesinato das águas**. São Paulo: Annablume, 2000.

GLIESSMAN, Stephen. **Agroecologia: Processos ecológicos em agricultura sustentável**. 4. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

GUERRA, Antônio Teixeira; GUERRA, José Teixeira. **Novo dicionário geológico-geomorfológico**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2008.

HAESBAERT, Rogério; LIMONAD, Ester. O território em tempos de Globalização. **Revista Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 39-52, 2007.

JUNK, W. J.; SOARES, M. G. M.; SAINT-PAUL, U. The fish. In: Junk, W. J. The Central Amazon floodplain: Ecology of a Pulsing System. **Ecological Studies**, v. 126, Springer Verlag, Berlin, Heidelberg, New York. p. 385-408, 1997.

LABRADOR MORENO, J.; ALTIERI, M.A. **Manejo y diseño de sistemas agrícolas sustentables**. Madrid: Min. Agr. Pesca y Alimentacion, 1994, p. 9.

LEFF, Enrique. **Saber Ambiental, Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade, Poder**. Rio de Janeiro: Vozes, 2015.

MACHADO, Roberto L. T.; TURATTI, Ariovaldo Luiz; MACHADO, Antônio L. T.; ALONÇO, Aírton dos S.; REIS, Ângelo V. Estudo de Parâmetros Físico em solo de várzea, antes e após escarificação. **Revista Brasileira de Agrociência**, v. 2, n. 3, p. 175-178, 1996.

LITTLE, P. E. **Gestão territorial em terras indígenas: definição de conceitos e proposta de diretrizes**. Relatório para a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Acre. Rio Branco, 2006.

MAFRA, Francisco; SILVA, Amado da. **Planejamento e Gestão do Território**. Coleção Inovação e Governança nas Autarquias. Sociedade Portuguesa de Inovação, 2004.

MARTINS, Ayrton Luiz Urizzi. **Conservação da Agrobiodiversidade: saberes e estratégias da Agricultura Familiar na Amazônia**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais e Sustentabilidade na Amazônia - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2016.

MCGRATH, David Gibbis.; GAMA, Antônia Socorro Pena. **A questão fundiária e o manejo dos recursos naturais da várzea: análise para elaboração de novos modelos jurídicos**. Manaus: ProVárzea – IBAMA/MMA, p. 37, 2015.

ODUM, E.P. **Fundamentals of Ecology**. 3.ed. Philadelphia: W.B. Saunders Company, p. 574, 1971.

OLIVEIRA, Francisco; et al. **Influência da cobertura morta no desenvolvimento de fruteiras tropicais**. Embrapa Agroindústria Tropical, Fortaleza, 1ª edição, maio 2002.

REZENDE, Marília Gabriela Gondim. **Terras, florestas e águas de trabalho na ilha do Careiro (Amazonas, Brasil): território, governança isomórfica e gestão cibernética camponesa**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais e Sustentabilidade na Amazônia, da Universidade Federal, Manaus, 2018.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. São Paulo: Cortez, 2010.

SAQUET, Marcos Aurélio; BRISKIEVICZ, Michele. Territorialidade e identidade: um patrimônio no desenvolvimento territorial. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, v. 1, n. 31, p. 03-16, 2009.

SCHERER, E.; OLIVEIRA, J. **Amazônia: Políticas Públicas e Diversidade Cultural**. Rio de Janeiro: Garamond, p. 260, 2006.

SOUZA, José Camilo Ramos de; ALMEIDA, Regina Araújo de. **Vazante e enchente na Amazônia Brasileira: impactos ambientais, sociais e econômicos**. In: Anais do VI Seminário Latino-Americano de Geografia Física, Coimbra, 2010.

CAPÍTULO III – A TESSITURA DA TEIA DE PODER E AS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL EXISTENTE NA COMUNIDADE SÃO FRANCISCO.

INTRODUÇÃO

Nas organizações sociais, de qualquer natureza, o poder é presente, mesmo que de forma implícita, bem como, as relações entre os sujeitos sociais são regidas através de acordos formais e não formais. Na Comunidade São Francisco, a maior parte das famílias se conhecem e mantêm algum tipo de relação, seja porque praticam atividades produtivas similares, ou porque frequentam a mesma organização social.

No território a tendência é naturalizar as relações sociais e de poder, pois é lugar de abrigo, onde cada qual se sente em casa, mesmo que numa sociedade dividida (PORTO-GONÇALVES, 2006).

Quando se identifica os sujeitos sociais e instituições que fazem parte do processo de gestão territorial e ao compreender as atividades produtivas e trabalhos realizados em determinada localidade, a administração do território vai sendo desvendada. Tão importante quanto as questões que norteiam os capítulos I e II, é descrever as configurações das relações de poder e as formas de organização social existentes na área de estudo.

Para Andrade (2011), os maiores problemas vivenciados pela agricultura familiar estão relacionados à desorganização social e à baixa participação dos agricultores em atividades coletivas, isto interfere direta e negativamente na comercialização, no acesso ao crédito e no alcance de benefícios promovidos pelas políticas públicas. Na Comunidade São Francisco não é diferente, as complexas relações entre os sujeitos sociais, por vezes evidenciam diferenças quanto às ideologias, crenças e interferem na interação entre os comunitários.

Os procedimentos metodológicos empregados para o alcance do objetivo deste capítulo foram, assim como nos capítulos anteriores, entrevistas abertas e formulários, buscando evidenciar as relações de poder existentes na comunidade e classificando, em graus de influência, esses poderes relatados pelos comunitários. A sistematização dos dados obtidos e a posterior análise, deram suporte para a construção de gráficos quadros e do Diagrama de Venn.

Autores de diversas áreas do conhecimento, nas esferas locais, nacionais e internacionais, foram citados como referência. Levando em consideração a interdisciplinaridade e transdisciplinaridade que permeia a tessitura da teia de poder e as formas como a sociedade civil se organiza para o alcance de objetivos em comum, visões de múltiplas áreas do conhecimento são importantes para uma visão ampla e diversa.

Scherer-Warren (2006) afirma que a sociedade civil organizada atual tende a ser uma sociedade de redes organizacionais, de redes interorganizacionais e de redes de movimentos e de formação de parcerias entre as esferas públicas privadas e estatais, criando novos espaços de governança com o crescimento da participação cidadã. Os movimentos sociais organizados possibilitam a articulação de ações que podem proporcionar impactos locais, regionais, nacionais e internacionais, em relação às diversas pautas que componentes dessas organizações julguem importantes. No próximo tópico serão apresentadas as relações de poder existentes na área de estudo.

1. As Relações de poder presentes no cotidiano da Comunidade São Francisco

Para se entender como se caracteriza a gestão de um território, é necessário entender como se desdobram as relações de poder nele existentes. Na Comunidade São Francisco, a gestão e a autoridade não se dão somente da forma convencional, vinda do Estado. Essas questões permeiam outras, como as culturais, religiosas e contrastam com o que se entende como tradicional ou moderno em relação à temporalidade.

De acordo com Heidegger (1998), é importante levar em consideração a temporalidade, pois é por meio dela que há a temporalização do está-sendo-sido no presente, levando à compreensão e percepção de uma sociedade e dos elementos do cotidiano. Para Carlos (2007) cotidiano parte de valores instituídos, bem como, dos comportamentos que são expressos, e das transformações decorrentes do processo produtivo. Ou seja, cotidiana, é uma forma pela qual o sujeito social percebe o território e ressignifica questões importantes, sejam elas sociais, ambientais e até mesmo produtivas.

A temporalidade é uma categoria importante de se levar em consideração, pois na área de estudo a tradição e modernidade caminham juntas, não sendo um fator relevante na geração de conflitos entre os sujeitos sociais. A família é forma de organização social e é um forte de ligação entre os indivíduos. As propriedades geralmente têm mais de uma residência, os pais são os proprietários e os filhos constroem suas casas no mesmo terreno.

Quando se fala nas formas de produção existentes na Comunidade São Francisco, dos 17 participantes que tem a agricultura como principal fonte de renda, 94,11% aprenderam as práticas com os pais. É o conhecimento empírico que permite a perpetuação das formas de cultivo e ao mesmo tempo permite que novas engenharias sejam criadas para a promoção da entropia. Leff (2016), conceitua a entropia como o processo de degradação de energia em consequência das perturbações externas ocasionadas no sistema ambiental.

O conhecimento é uma das formas de obtenção de poder, o etnoconhecimento além de poder, evidencia outras categorias como a tradição, que em algum aspecto, é uma forma de manutenção de poder.

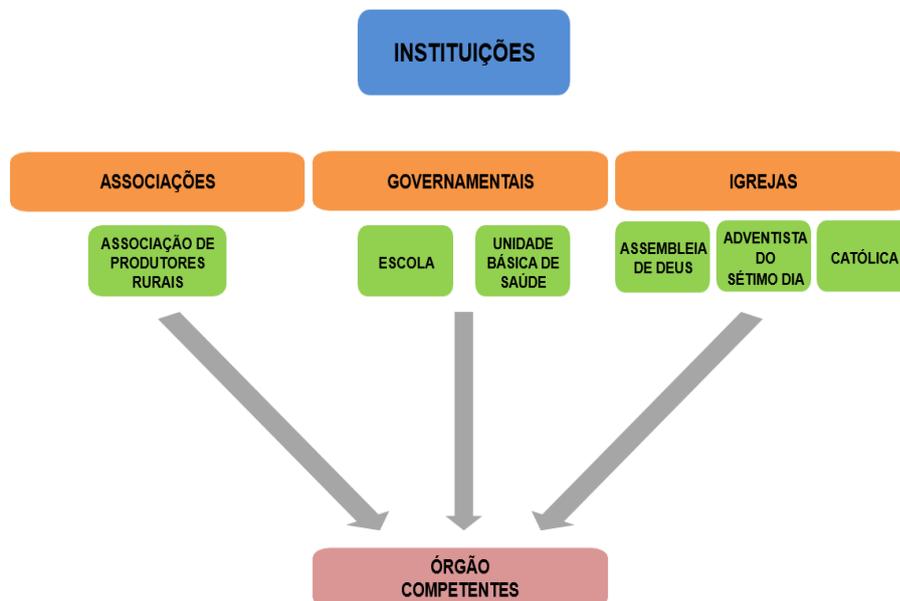
No que se refere à tradição, Hobsbawn e Ranger (2015) definem a categoria como sendo um agrupamento de práticas, essencialmente simbólicas ou rituais, que permitem a continuação de valores e normas comportamentais do passado. As tradições na comunidade são relevantes, principalmente relacionadas às atividades produtivas. Não foram relatados muitos eventos que reúnam toda a comunidade, e sim festejos pontuais de algumas igrejas. Nesse contexto, a religião tem se tornado cada mais influente em relação aos costumes e tradições da Comunidade São Francisco, se mostrando um ponto extremamente relevante quanto à genealogia do poder.

Foucault (1999), conceitua a genealogia do poder como a representação das relações de poder existentes que, por meio de práticas sociais, expressa um conjunto de relações objetivadas. Ou seja, o poder não vem somente a partir da governabilidade do Estado, mas leva em consideração a sociedade como um todo. Há uma tendência á descaracterizar a governança como sendo uma prática essencialmente vinda do governo, considerando que vários atores fazem parte do

processo de gestão e governança, e da tessitura da teia de poder em um território. Quando se fala na região amazônica, há uma diversidade de formas como o poder se expressa, seja ele formal ou informal. Em algumas localidades, o poder legalmente instituído é pouco presente ou até inexistente, sendo assim, as organizações sociais cumprem um papel de grande importância para que as relações sejam minimamente organizadas através de acordos não-formais.

Para o melhor entendimento da genealogia do poder, é necessário evidenciar os micropoderes existentes no território, o que foi possível a partir dos dados obtidos na pesquisa, após sua sistematização e análise (Figura 14).

Figura 13: Micropoderes partindo da observação empírica dos sujeitos da pesquisa



Fonte: Pesquisa de campo, 2022.

Mesmo com uma restrita teia de poder existente na Comunidade São Francisco, ela é entendida como funcional pelos agricultores e demais comunitários. As demandas coletivas chegam até os órgãos governamentais, porém a governabilidade ainda é uma pauta considerada deficitária e precisa de melhorias quanto à eficiência no caminho percorrido até a chegada no destino final. A categoria governabilidade é entendida como as condições necessárias para o exercício do governo, composta por políticas públicas e ambientais estatais (COELHO e DINIZ, 1995).

A ausência de instituições do governo é um dos gargalos para que as pautas coletivas sejam formalizadas e resolvidas. Um dos órgãos tidos como essenciais para que as atividades de geração de renda fossem mais eficientes, é o Instituto de desenvolvimento Agropecuário do Estado do Amazonas (IDAM), que esporadicamente auxilia os produtores.

De acordo com Araújo e Scalon (2005), o arranjo familiar tem destaque em relação à responsabilidade pela organização da hierarquia quando se fala na divisão das funções relacionados ao trabalho em uma sociedade.

Levando em consideração relatos das entrevistas e respostas aos formulários, pode se inferir que o moderno anda lado a lado com a tradição. Para Wolton (2007), a tradição não é imutável pois, com o tempo, novas demandas surgem e não pode ser entendida como algo ultrapassado e sim como um lugar de reapropriação.

Acordos não-formais são muito relatados pelos sujeitos sociais, muito presentes na gestão do território e evidenciam o respeito a uma intrínseca hierarquia e um certo nível de controle social. Tais acordos, envolvem as terras de trabalho, os lagos onde ocorrem a pesca, bem como o extrativismo vegetal e caça. O que não significa dizer, que não existem conflitos em relação a essas questões.

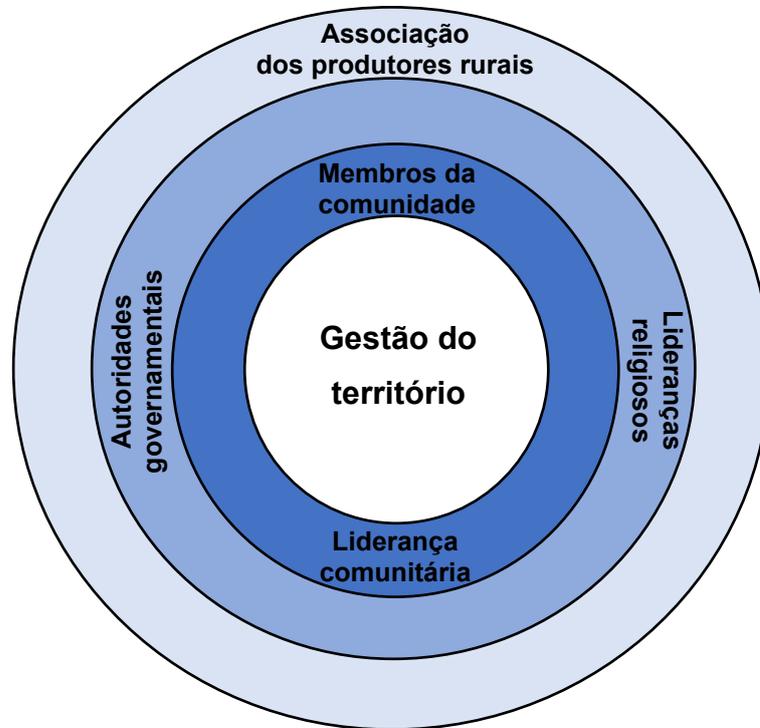
Segundo Foucault (2000), o controle social e os mecanismos que dele decorrem, envolvem práticas de normalização de comportamentos, bem como, práticas de exclusão social e articulações em relação ao saber.

Para resolver algum conflito em relação ao uso da terra, das florestas e dos ambientes de pesca da comunidade, bem como demais questões que interferem no bem-estar coletivo, 22,22% dos comunitários responderam que recorrem aos próprios membros da comunidade e/ou líder comunitária. Já 16,66% buscam auxílio junto aos líderes religiosos, também 16,66% recorrem às autoridades municipais, estaduais ou federais.

Para 5,55% dos entrevistados as demandas são levadas à associação e 5,55% não sabem a quem recorrer. Sendo assim, as demandas são passadas a quem o morador se sinta mais próximo e posteriormente podem ser repassadas aos órgãos competentes. Os resultados obtidos quanto à forma como os ribeirinhos lidam com os

conflitos e a quem eles buscam para resolvê-los, permite a inferência da influência dada a cada ator envolvido na tessitura da teia de poder (Figura 14).

Figura 14: Diagrama de Venn da influência dos atores envolvidos na gestão do território



Fonte: Pesquisa de campo, 2022.

É possível observar na figura 14, uma variação nas cores para evidenciar a influência que cada categoria tem para os sujeitos envolvidos na pesquisa, onde as cores mais fortes representam uma maior influência quanto à gestão territorial e a cor mais clara representa menor influência.

Além das cores, quanto mais próximo do círculo central, maior também é a atuação do ator social envolvido nos processos de gestão do território. Conseqüentemente ele representa maior nível de poder, que para Maquiavel (2014); Bourdieu (2005) a categoria poder é constituída por uma dimensão simbólica. De acordo com os resultados, é possível inferir que quanto mais solicitados para resolução de problemas, mais entende-se que o sujeito ou categoria possui senso de responsabilidade, liderança e se relaciona de forma efetiva com as formas de poder formais existentes no território da comunidade, do município e nas outras esferas de poder oriundas do Governo.

A liderança comunitária é entendida como uma autoridade que faz parte da gestão do território, ela é responsável por fazer com que as demandas dos comunitários cheguem até os órgãos capazes de resolver os problemas. Alguns moradores mais idosos também são vistos como autoridades, não só pela faixa etária, mas também por já terem exercido algum papel importante na gestão da comunidade ou de alguma organização social presente nela. As lideranças religiosas são equiparadas às autoridades governamentais no que se refere ao entendimento, por parte dos comunitários, à capacidade de resolver conflitos e problemas comuns. Vale ressaltar que a categoria de autoridades governamentais leva em consideração as esferas municipais, estaduais e federais, além do judiciário.

A Associação Comunitária de Produtores de Terra Nova/Costa, é a menos influente quanto à resolução de qualquer forma de conflito ou demandas referentes à gestão do território, atualmente ela é vista mais como uma forma de resolver burocracias referentes à aposentadoria dos trabalhadores rurais.

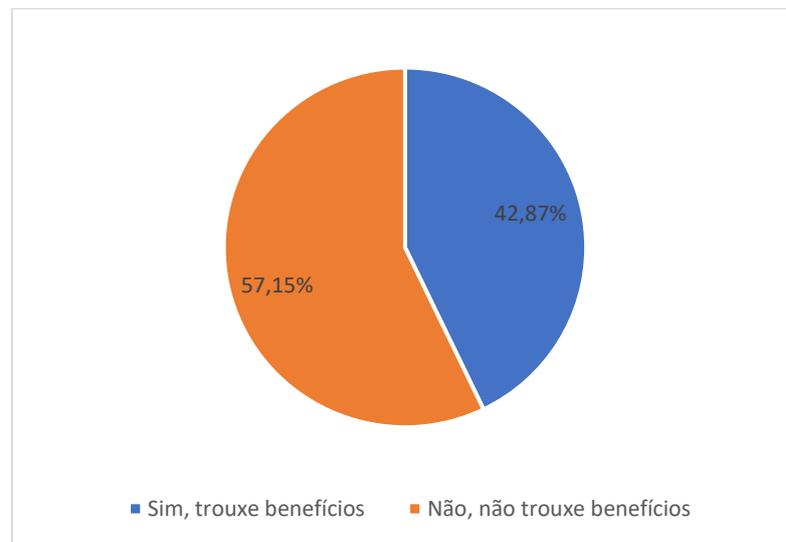
2. Pressupostos quanto às formas das organizações sociais na Comunidade São Francisco

Foram observados estratégias para que a gestão territorial ocorra na comunidade, mesmo que as organizações governamentais não estejam tão presentes. Algumas delas, são as organizações sociais que emergem por meio dos próprios sujeitos, das necessidades coletivas e comuns a um determinado grupo ou a todos os moradores daquele lugar. Essas pautas coletivas agregam pessoas, que por sua vez, se organizam formando associações, igrejas, clubes ou trazem instituições do governo. A escola e o posto de saúde, são exemplos de instituições que também se desdobram em organizações sociais, pois junta pessoas que mesmo com diferenças, buscam uma melhoria para o bem comum.

É importante que sejam realizadas ações que promovam a sociabilidade na comunidade, para que haja o fortalecimento das relações entre os atores sociais, tanto nos grupos formais, quanto informais. A sociabilidade para Baechler (1995), é uma rede que emerge das relações que os indivíduos estabelecem entre si que envolvem aspectos como a extensão da flexibilidade e adaptabilidade.

Dos entrevistados que tem a agricultura como principal fonte de renda, 41,17% disseram participar da Associação Comunitária de Produtores de Terra Nova/Costa. Dos que participam dela, 42,85% acreditam que participar dessa organização social trouxe melhorias para a produção ou pra comunidade de modo geral e 57,15% acreditam que participar da associação de produtores não gerou benefícios, conforme gráfico 07.

Gráfico 7: Benefícios em participar da Associação Comunitária de Produtores de Terra Nova/Costa



Fonte: Pesquisa de campo, 2022.

Para Meira e Candiotto (2011), a organização dos agricultores (associação ou cooperativa) é fundamental para a expansão da produção e é necessária para vencer obstáculos financeiros e tecnológicos das propriedades, além de facilitar o acesso a recursos para o plantio e comercialização dos produtos. O benefício mais relatado entre os entrevistados foi a liberação do trator da associação e algumas ferramentas, porém o trator encontrava-se sem condições de uso por falta de peças e manutenção. Outro benefício foi o fornecimento de sementes que ocorre esporadicamente quando o IDAM as disponibiliza para a associação.

Em parceria com o Núcleo de Socioeconomia (NUSEC) da UFAM, foi possível a criação da OCS Paraíso Terra Nova, porém ela encontra-se com a certificação de produtores orgânicos suspensa, não sendo possível a venda direta de produtos como orgânicos, nem ao consumidor final nem ao mercado institucional.

Segundo Cazella et al. (2009), a OCS promove o fortalecimento comunitário, na consolidação das relações de confiança ente os agricultores e consumidores, e na corresponsabilidade do processo produtivo, sendo uma ferramenta de sociabilidade que gera diversos benefícios sociais e econômicos para os agricultores.

A venda de produtos orgânicos gerava oportunidades de renda tanto para a venda direta ao consumidor nas feiras de Manaus, inclusive a AGROUFAM, feira que promove a agricultura familiar na UFAM, realizadas pelo NUSEC, quanto para o mercado institucional.

Por vezes, as relações evidenciam diferenças quanto à forma de pensar, devido a religiosidade ser muito presente na Comunidade São Francisco, as diferentes instituições religiosas acabam por tornar nortear modelos de comportamento e opinião, inclusive no que se refere à política e gestão da associação de produtores rurais presente na comunidade.

De acordo com os resultados da pesquisa pode-se inferir que a maior parte dos moradores da comunidade (88,88%) tem a religião como uma organização social relevante para a sociabilidade na comunidade. Ao mesmo tempo, as igrejas evidenciam as diferenças entre os indivíduos, seja em relação ao modo de pensar, em relação à política ou à gestão do território.

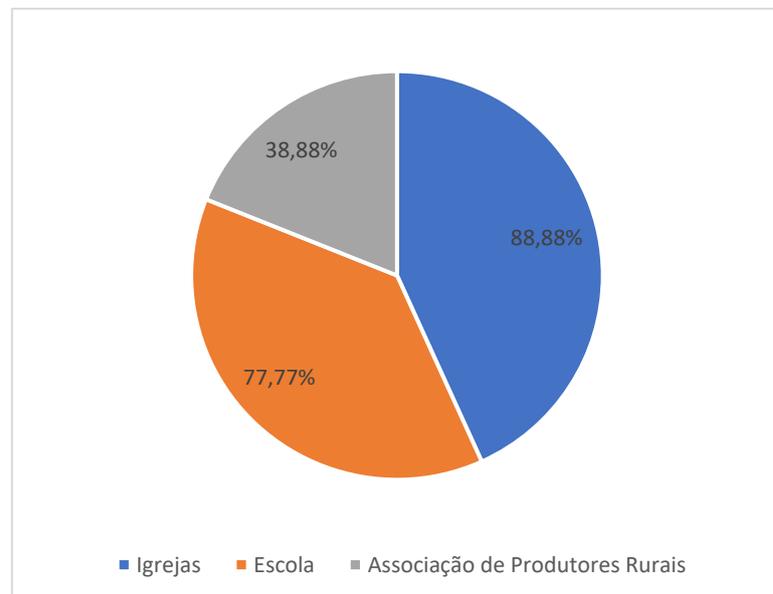
Esterci (2008), ressalta que a igreja vai além da dimensão simbólica, pois por muitas vezes desempenha funções que afetam de forma concreta a vida das pessoas, um exemplo disso é o apoio ao sindicalismo rural e ao fortalecimento de organizações sociais.

Outra organização social muito presente no cotidiano dos ribeirinhos é a Escola Municipal Professora Francisca Góes, 77,77% deles possuem filhos, netos ou enteados em idade escolar, o que promove algum tipo de relação com a escola da comunidade. Na escola, ocorre o intercâmbio entre as crianças e adolescentes das comunidades situadas na Costa de Terra Nova e proximidades. Nela ocorre a realização de atividades culturais, interdisciplinares e interclasse, que promovem a interação entre os alunos, pais e responsáveis, bem como, entre os servidores com os estudantes e familiares.

Effting (2007) destaca a escola como uma mediadora entre o discente, que representa a sociedade, e o ambiente, ressalta também sua importância para a construção de valores voltados à sustentabilidade. Assim, forma-se uma rede de pessoas que se conhecem e de alguma forma interagem, fortalecendo as relações entre os sujeitos sociais.

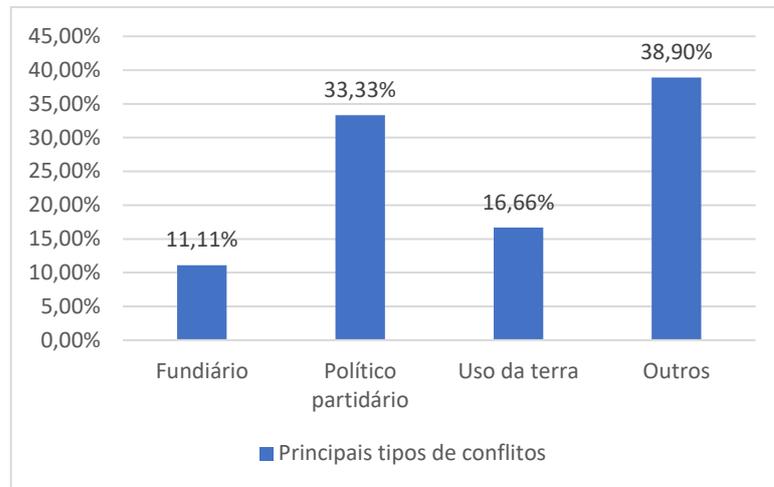
Quanto à Associação Comunitária de Produtores de Terra Nova/Costa, entre os entrevistados, 38,88% participam da associação (Gráfico 08). Aliás nela que, apesar da menor adesão em relação às outras organizações sociais, foram relatados a maior parte dos conflitos.

Gráfico 8: Organizações sociais frequentadas pelos moradores da comunidade



Fonte: Pesquisa de campo, 2022.

Alguns conflitos foram listados nos formulários, 33,33% dos entrevistados citaram o conflito político-partidário como sendo presente na comunidade, 16,66% responderam que questões quanto ao uso da terra são conflituosas e 11,11% citaram a questões fundiárias. Na categoria 'outros', uma questão aberta, onde o entrevistado(a) ficou livre para falar sobre questões não mencionadas nos formulários, o favorecimento de um determinado grupo foi o mais citado com 27,77% (Gráfico 09).

Gráfico 9: Principais tipos de conflitos existentes na comunidade

Fonte: Pesquisa de campo, 2022.

Outras questões mencionadas foram a falta de inclusão promovida por parte da associação dos produtores rurais, que seria responsável por beneficiar um grupo em relação a outros. Esses conflitos imbricam-se com os conflitos religiosos pois há a predominância de uma religião entre os responsáveis pela associação segundo relatos de alguns entrevistados. Outro conflito mencionado foi em relação ao uso da praia que fica em frente à comunidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O poder expressa-se de formas diferentes dos convencionais na Comunidade São Francisco, por muitas vezes ele se apresenta de forma implícita. Há uma hierarquia intrínseca que é respeitada e norteia as relações existentes entre os sujeitos sociais.

As organizações sociais se dão a partir das primeiras relações dos indivíduos, é a família o primeiro contato com formas de poder e organização. Os ribeirinhos veem na hierarquia familiar uma das formas de manterem as tradições, principalmente quanto às práticas produtivas. é com os pais que os agricultores aprendem as formas de cultivo e os sistemas de engenharia para que os processos produtivos sejam desenvolvidos durante todo o ano e adaptado de acordo com a sazonalidade.

O conhecimento é uma forma de obtenção de poder, na comunidade o etnoconhecimento é bastante presente e é amplamente compartilhado entre os moradores. Sendo assim, as pessoas idosas são tidas como mais sábias devido ao amplo conhecimento empírico construído ao longo da vida, essas pessoas tem um lugar especial no que se refere à hierarquia intrínseca existente nos territórios varzeanos. Esses membros da comunidade se equiparam às próprias lideranças comunitárias, tanto pelo etnoconhecimento adquirido no decorrer dos anos, quanto pela restrita teia de poder presente que faz com que eles já tenham participado como liderança de alguma organização social.

As igrejas são muito presentes a comunidade, as três com sede na comunidade são cristãs sendo a Católica São Francisco, Assembleia de Deus e a Adventista do Sétimo Dia. Apesar da mesma origem, os membros divergem em relação a alguns aspectos como o político e até em relação a costumes e gestão do território. Estas organizações reúnem-se em grupos de pessoas com ideais em comum e buscam resolver algumas pautas coletivas que as atravessam, por muitas vezes, as interações entre elas foram descritas como conflituosas.

Apesar das diferenças, a própria comunidade pode ser considerada uma organização social, já que seus membros socializam e trocam conhecimento, organizam-se com o objetivo de resolver demandas em comum e elegem uma liderança para representá-los junto às instituições governamentais.

Por fim, a associação dos produtores também se mostra relevante, porém com a necessidade de melhorias que promovam a inclusão de novos membros com a finalidade de trazer melhorias para uma parte considerável dos produtores rurais da agricultura familiar que vivem na Comunidade São Francisco.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, R. A. **Organização Social na Amazônia: uma experiência de associativismo na RDS do Rio Madeira (novo Aripuanã e Manicoré/AM) / Roberta Amaral de Andrade, organizadora.** – Brasília: Instituto Internacional de Educação do Brasil; p. 93, 2011.

ARAÚJO, Clara; SCALON, Celi. **Gênero, família e trabalho no Brasil.** Rio de Janeiro, Editora FGV, 2005.

BAECHLER, J. Grupos e sociabilidade. In: BOURDON, R. **Tratado de sociologia.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CARLOS, Ana Faní Alessandri. **O lugar no/do mundo.** São Paulo: FFLCH, 2007.

CAZELLA, A. A. BONNAL, P. MALUF. R. S. (ORG.) **Agricultura Familiar multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil.** Rio de Janeiro: Mauad, 2009.

COELHO, M; DINIZ, E. **Governabilidade, governança local e pobreza no Brasil.** Rio de Janeiro: IUPERJ, 1995.

EFFTING, Tânia Regina. **Educação Ambiental nas escolas públicas: Realidade e desafios.** Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2007.

ESTERCI, Neide. **Cooperativismo e coletivização no campo: questões sobre a prática da Igreja Popular no Brasil.** Rio de Janeiro: Centro Eldestein de Pesquisas Sociais, 2008.

FOUCAULT, M. **Ciência e Saber. A arqueologia do saber.** 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir.** Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1999.

HEIDEGGER, M. **Ser y tiempo**. 2. ed. Tradução Jorge Eduardo Rivera. Santiago de Chile: Editorial Universitaria, 1998.

HOBBSAWN, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

LEFF, Enrique. **Ecologia, capital e cultura**. São Paulo: Editora Vozes, 2016.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. São Paulo: Editora Hunter, 2014.

MEIRA, S.G.; CANDIOTTO, L.Z.P. A organização de produtores nos municípios de Francisco Beltrão e de Verê – PR para a comercialização de alimentos orgânicos. **Revista de Geografia (UFPE)**, vol. 28, n. 1, 2011.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. De saberes e de territórios: Diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana. **Geographia**, ano 8, n. 16, p. 46, 2006.

SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, p. 109-130, 2006.

ULRICH, S. MAPA – **Manual de Planejamento e Avaliação de Projetos**. Cascais: Principia, 2002.

VELHO, G. **Unidade e fragmentação em sociedades complexas**. In: SOUZA, J.; OELZE, B. (Orgs.) *Simmel e a modernidade*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2005.

WOLTON, Dominique. **É preciso salvar a comunicação**. São Paulo: Paulus, 2007.

CONSIDERAÇÕES FINAIS DA DISSERTAÇÃO

A gestão territorial na Comunidade São Francisco é expressa de formas diversas. Nesse sentido, foi necessário o entendimento de 03 (três) categorias de análise essenciais para o artesanato intelectual dessa dissertação. As categorias foram; gestão territorial, governança e agroecossistemas, que a partir de autores renomados no âmbito regional, nacional e internacional, aliados à pesquisa de campo, foi possível desenvolver um trabalho com dados, que após sistematização e análises, deram suporte aos resultados apresentados.

O território da área de estudo, é típico de ambientes de várzea, onde as propriedades ficam alagadas por cerca de 06 (meses), porém, os sujeitos que nele habitam são adaptados ao regime de cheia e vazante dos rios e montam estratégias e engenharias para que suas atividades produtivas e geração de renda não sejam afetadas negativamente pela sazonalidade. O saber ambiental é muito presente entres os atores sociais, o etnoconhecimento é um grande aliado na conservação ambiental que é essencial para a manutenção da agricultura, pesca e extrativismo.

A governança se dá de formas não convencionais em territórios da Amazônia, na Comunidade São Francisco não é diferente. Devido à falta de instituições governamentais, os próprios ribeirinhos criam acordos não-formais que norteiam o uso das áreas comuns da comunidade, como os lagos e praias que emergem no período de seca e florestas existentes na comunidade. A governança, outrora focada no Estado vem se desdobrando em outras formas de lidar com essas questões, envolvendo cada vez mais os membros da comunidade em geral. Porém, os ribeirinhos sentem que a ausência do Estado trás dificuldades na resolução de pautas comum a todos comunitários, principalmente quanto à resolução de conflitos, às questões de produtividade e geração de renda e melhorias estruturais no território da comunidade.

Os agroecossistemas se resiliam cotidianamente, os ribeirinhos possuem estratégias para que as atividades produtivas convivam em harmonia com o ambiente, pois entendem que necessitam que a autopoiese ocorra de forma contínua. O próprio ambiente promove essas práticas, pois o solo passa cerca de 06 (seis)

meses alagando, sendo assim ocorre o pousio que proporciona a regeneração natural do substrato onde está assentada a área estudada.

Diante dos resultados obtidos, é possível inferir que a gestão territorial na Comunidade São Francisco emerge dos próprios comunitários que, por objetivos em comum, buscam melhorias coletivas que abranjam parte significativa dos ribeirinhos que moram no nela. Os sujeitos sociais se identificam como ribeirinhos, agricultores e praticam de fato a agricultura familiar.

As instituições governamentais são pouco atuantes. A organização do trabalho ocorre de forma eficiente, principalmente no que diz respeito às estratégias de adaptação à sazonalidade, isso se deve muito ao conhecimento empírico em relação as formas de produção e reprodução nos agroecossistemas. As formas de poder se dão pelas relações construídas no decorrer dos anos, a família, as igrejas, a liderança da comunidade e a associação de agricultores representam as formas de organização social mais influentes e conseqüentemente fazem parte da tessitura da teia de poder presente na Comunidade São Francisco.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e uso do solo. **Agricultura em São Paulo**, São Paulo, v.11, n.2, 1997.

ALTIERI, M.A.; YURJEVIC, A. **La agroecologia y el desarrollo rural sostenible en América Latina: Agroecologia y desarrollo**. Santiago: CLADES, 1991. p. 25-36.

ATHAYDE, S.; BERNASCONI, P.; BARTELS, W.; SELUCHINESK R. D. R.; BUSCHBACHER, R. Avaliação da resiliência socioecológica como ferramenta para a gestão da fronteira amazônica: experiências e reflexões. **Sustentabilidade em Debate** - Brasília, v. 7, n. 2, p. 14-19, 2016.

BRASIL. Poder executivo. **Lei 11.326, de 24 de julho de 2006**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 de julho de 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm Acesso em: 01/06/2020.

BREDARIOL, T. O.; D'AVIGNON, A. L. A. Instituições e Governança Ambiental: O caso do licenciamento de empreendimentos de petróleo e gás. **Ambiente & Sociedade**, v. 21, p. 01-22, 2018.

CARPI JR. et al. Mapeamento Ambiental Participativo: Experiência de Educação ambiental na UGRH Turvo e Grande. In: DIAS, L.S.; BENINI, S.M. (Org.). **Estudos ambientais aplicados em bacias hidrográficas**. Tupã: ANAP, 2014. p. 28 - 53.

CARVALHO, E.M. et al. Planejamento estratégico para implantação de programa de educação ambiental em uma área verde urbana. **Braz. J. of Develop.**, Curitiba, vol. 5, n. 9, p. 14701-14721, 2019.

CAVALCANTI, A. P. B. Implantação de programas de manejo e plano de gestão ambiental em pequenas comunidades. **Sociedade & Natureza (UFU. Impresso)**, v. 22, p. 539-550, 2010.

CECHIN, A.; BATISTA, C. G. Governança e Políticas Públicas no Antropoceno. Rio de Janeiro. **PoD Editora (Dossiê de periódico)**, v. 6, n. 2, p. 14-16, 2015.

DUARTE, J. C. S.; REZENDE, M. G. G.; FRAXE, T. J. P. A materialização da territorialidade na comunidade São Francisco (Careiro da Várzea/AM). **Revista Terceira Margem**, v. 3, n. 11, p. 203, 2018.

FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto. **Cultura cabocla-ribeirinha: mitos, lendas e transculturalidade**. 2ª edição. São Paulo: Annablume, p. 85, 2010.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, p. 3-21, 2008.

GIL, A.C. **Como Elaborar um Projeto de Pesquisa**. 4ªed. São Paulo: Atlas, p. 42, 2002.

HAESBAERT, Rogério; GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **A nova desordem mundial**. São Paulo: Editora UNESP, p. 11, 2006.

HAESBAERT, Rogério; LIMONAD, Ester. O território em tempos de globalização. **Revista Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 39-52, 2007.

HAESBAERT, Rogério; RAMOS, Tatiana T. (2004) **O mito da desterritorialização econômica**. In: *Geographia*, Universidade Federal Fluminense, ano 6, n. 12, p. 25-48.

HAESBAERT, R. 1994. **O mito da desterritorialização e as “regiões-rede”**. Anais do V Congresso Brasileiro de Geografia. Curitiba: AGB, pp. 206-214.

HAESBAERT, Rogério. (2007) Território e multiterritorialidade: Um debate. In: **Geographia**. Universidade Federal Fluminense, ano 9, n. 17, p. 19-45.

HECHT, S.B. **La evolucion del pensamiento agroecologico. Agroecologia y desarrollo**. Santiago: CLADES, 1991. p. 2-15.

MATURANA H. R., VARELA F. G. **A Árvore do Conhecimento – As bases biológicas do entendimento humano**. São Paulo: Workshopsy, 1995, p. 20 e 21.

MAGNO, L. Participação social e Gestão Ambiental: uma análise do conselho gestor do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro. **Sociedade & Natureza (UFU. online)**, v. 32, p. 28-41, 2020.

MORAES, M. B. R. **Área de Proteção Ambiental como Agência de Desenvolvimento Sustentável: APA Cananéia Iguape Peruíbe/SP.** São Paulo: Annablume; Fapesp, 2004, p. 146.

NORTE FILHO, Antônio Ferreira do. **Direito real de uso:** Princípio da segurança sustentável como garantia fundamental de permanência dos povos tradicionais em unidade de conservação. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação Ciências Ambientais e Sustentabilidade na Amazônia, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2021.

PEREIRA, H. S.; SILVA, C. P. S.; GUIMARÃES, D. F. S.; VASCONCELOS, M. A. Os impactos dos eventos hidrológicos extremos e a Governança ambiental: estudo sobre a assiduidade dos alunos no distrito de terra nova, careiro da Várzea/Am. **Revista Terceira Margem Amazônia**, Manaus, v. 2, n. 9, p. 130, jul./dez. 2017.

PIRES. E. L. S., FUINI L. L., MANCINI R. F., NETO D. P., **Governança Territorial: Conceito, fatos e modalidades.** Rio Claro: UNESP - IGCE: Programa de Pós-graduação em Geografia, 192 p., 2011.

REINEHR DAL FORNO, M. A. **Fundamentos em Gestão Ambiental.** 1ª. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2017.

RIBEIRO, N. B., JOHNSON, R. M. F. Discussões sobre Governança da Água: Tendências e caminhos comuns. **Ambiente & Sociedade**, v. 21, p. 1-20, 2018.

RIBEIRO NETO, J.B.M.; TAVARES, J.C.; HOFFMANN, S.C. **Sistemas de Gestão Integrados.** São Paulo: Editora SENAC, 2008.

SILVA, Carlos Nunes. O sistema de gestão do território em Portugal. **Revista de Ação Regional e Local**, FAQ, Lisboa, XIV (74), p. 21-35, 2000.

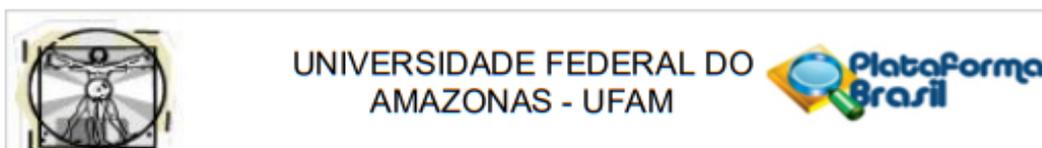
SIOLI, H. Solos, tipos de vegetação e águas na Amazônia. **Boletim Geográfico**, v. 79, p. 147-153, 1964.

SAQUET. M. A., BRISKIEVICZ M., Territorialidade e Identidade: Um patrimônio no desenvolvimento territorial. **Caderno Prudentino de Geografia**, nº 31, p. 3-16, vol.1, 2009.

VOS, Roberto Oliveira. **Perspective defining sustainability: a conceptual orientation.** Journal of Chemical Technology and Biotechnology. Volume 32, n°01, p.334-339, 2007.

ANEXOS

1. Autorização do Comitê de Ética em Pesquisa



Continuação do Parecer: 5.554.236

Folha de Rosto	folhaDeRosto1305.pdf	13:05:38	SOUZA	Aceito
Declaração de concordância	termodeanuencia.pdf	12/05/2022 13:17:58	WLADSON DE JESUS SOUZA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

MANAUS, 01 de Agosto de 2022

Assinado por:
Eliana Maria Pereira da Fonseca
 (Coordenador(a))

Endereço: Rua Teresina, 4950

Bairro: Adifanópolis

CEP: 69.057-070

UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (92)3305-1181

E-mail: cep.ufam@gmail.com

2. Comprovante de submissão de artigo

The screenshot shows a web browser window with the URL `periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciHumanSocSci/authorDashboard/submission/65445`. The page title is "Acta Scientiarum. Human and Social Sciences" and the user is logged in as "wladsonsouza". The main content area displays the submission details for the article "Território e gestão na Comunidade São Francisco (Careiro da Várzea, Amazonas)" by Wladson de Jesus Souza and Marília Gabriela Gondim Rezende. The submission status is "Submissão". The "Arquivos da Submissão" section shows a single file: "751375256584-1 wladsonsouza, Território e gestão na Comunidade São Francisco configurações e conjecturas.docx" with a date of "outubro 17, 2022" and a description of "Texto do artigo". The "Discussão da pre-avaliação" section is currently empty, showing "Nenhum item".

periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciHumanSocSci/authorDashboard/submission/65445

Acta Scientiarum. Human and Social Sciences Tarefas 0 Português (Brasil) Ver o Site wladsonsouza

Biblioteca da Submissão Ver metadados

Território e gestão na Comunidade São Francisco (Careiro da Várzea, Amazonas)
Wladson de Jesus Souza, Marília Gabriela Gondim Rezende

Submissão Avaliação Edição de Texto Editoração

Arquivos da Submissão [Buscar](#)

751375256584-1 wladsonsouza, Território e gestão na Comunidade São Francisco configurações e conjecturas.docx outubro 17, 2022 Texto do artigo

[Baixar Todos os Arquivos](#)

Discussão da pre-avaliação [Adicionar comentários](#)

Nome	De	Última resposta	Respostas	Fechado
Nenhum item				

APÊNDICES

1. Termo de anuência da Comunidade São Francisco

Declaramos para os devidos fins que nós da Comunidade São Francisco na Costa da Terra Nova, localizada no município do Careiro da Várzea (AM), estamos de acordo com a execução do **PROJETO: Gestão Territorial na Comunidade São Francisco no Careiro da Várzea (Amazonas, Brasil)**, sob a coordenação e responsabilidade do pesquisador Wladson de Jesus Souza, e assumimos o compromisso de apoiar o desenvolvimento da referida pesquisa a ser realizada nessa instituição no período de 18/04/2022 a 28/05/2022, após a devida aprovação do Sistema CEP/CONEP.

Comunidade São Francisco, _____ de _____ 2022.

Nome:

Cargo:

Função:

Carimbo (se houver):



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O(A) Sr(a) está sendo convidado a participar do projeto de pesquisa: Gestão Territorial na Comunidade São Francisco no Careiro da Várzea (Amazonas, Brasil), cujo pesquisador responsável é Wladson de Jesus Souza. O objetivo do projeto é analisar a gestão territorial na comunidade São Francisco no município do Careiro da Várzea (AM).

O(A) Sr(a) está sendo convidado por que sua entrevista irá contribuir na coleta de dados em relação a sua vivência e história da comunidade, dessa forma, poderemos ter uma dimensão precisa da realidade através de fontes que consideramos confiáveis e verdadeiras.

O(A) Sr(a). tem de plena liberdade de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma para o tratamento que recebe neste serviço na Comunidade São Francisco, no Careiro da Várzea (AM).

Caso aceite participar, sua participação consiste em responder a um questionário com perguntas acerca dos dados socioeconômicos e socioambientais de sua família e permitir que façamos um inventário, que consiste em identificar os produtos da sua área de uso, para posterior identificação dos processos produtivos existentes na região a partir do conhecimento tradicional. Ressalto que é assegurado confidencialidade, privacidade, proteção de dados, não estigmatização dos participantes da pesquisa e a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades, inclusive em termos de autoestima, prestígio e/ou de aspectos econômico-financeiros.

Toda pesquisa com seres humanos envolve riscos aos participantes. Nesta pesquisa os riscos para o(a) Sr.(a) é o tempo demandado para responder ao questionário e que pode acarretar em atrasos de afazeres, no entanto, garantimos que a abordagem não será extensa e nem impositiva.

Também são esperados os seguintes benefícios com esta pesquisa: identificar os sujeitos sociais e instituições envolvidas no processo de gestão territorial na área de



estudo, compreender as atividades produtivas e o manejo dos trabalhos desenvolvidos nos agroecossistemas e descrever a tessitura da teia de poder e as formas de organização social existentes na comunidade. Com essas informações sistematizadas, será possível encaminhar demandas baseadas em dados mais consistentes para as lideranças formais e informais existentes na comunidade.

Se julgar necessário, o(a) Sr(a) dispõe de tempo para que possa refletir sobre sua participação, consultando, se necessário, seus familiares ou outras pessoas que possam ajudá-los na tomada de decisão livre e esclarecida.

Garantimos ao(à) Sr(a), e seu acompanhante quando necessário, o ressarcimento das despesas devido sua participação na pesquisa, ainda que não previstas inicialmente. Essas despesas, como por exemplo o pagamento de valor de passagens, serão ressarcidas caso haja a necessidade de deslocamento para responder às questões elencadas no formulário.

Também estão assegurados ao(à) Sr(a) o direito a pedir indenizações e a cobertura material para reparação a dano causado pela pesquisa ao participante da pesquisa.

Asseguramos ao(à) Sr(a) o direito de assistência integral gratuita devido a danos diretos/indiretos e imediatos/tardios decorrentes da participação no estudo ao participante, pelo tempo que for necessário.

Garantimos ao(à) Sr(a) a manutenção do sigilo e da privacidade de sua participação e de seus dados durante todas as fases da pesquisa e posteriormente na divulgação científica.

O(A) Sr(a). pode entrar em contato com o pesquisador responsável Wladson de Jesus Souza a qualquer tempo para informação adicional no telefone (92) 99451-4540, no endereço Av. Gen. Rodrigo Octávio, 6200, Coroado I, Universidade Federal do Amazonas, Mini Campus, Faculdade de Ciências Agrárias – FCA, CEP 69080-900 – Manaus – AM ou pelo e-mail wladsonsouza@hotmail.com.

O(A) Sr(a). também pode entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal do Amazonas (CEP/UFAM) e com a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), quando pertinente. O CEP/UFAM



fica na Escola de Enfermagem de Manaus (EEM/UFAM) - Sala 07, Rua Teresina, 495 – Adrianópolis – Manaus – AM, Fone: (92) 3305-1181 Ramal 2004, E-mail: cep@ufam.edu.br. O CEP/UFAM é um colegiado multi e transdisciplinar, independente, criado para defender

os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos.

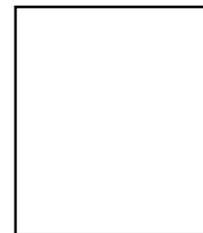
Este documento (TCLE) será elaborado em duas VIAS, que serão rubricadas em todas as suas páginas, exceto a com as assinaturas, e assinadas ao seu término pelo(a) Sr(a)., ou por seu representante legal, e pelo pesquisador responsável, ficando uma via com cada um.

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Li e concordo em participar da pesquisa.

Careiro da Várzea, AM, ____/____/____

Assinatura do Participante



IMPRESSÃO DACTILOSCÓPICA

Assinatura do Pesquisador Responsável

FORMULÁRIO

Form. Nº: _____
 Data: ____/____/2022 Hora: ____:____h

1. IDENTIFICAÇÃO DO FORMULÁRIO

1.1 Entrevistador: _____
 1.2 Localidade: _____
 1.3 Comunidade: _____
 1.4 Município: Careiro da Várzea UF: AM Ponto GPS: _____

2. DADOS DO ENTREVISTADO

2.1 Nome do entrevistado: _____
 2.2 Idade: ____ anos
 2.3 Sexo: Masc. () Fem. ()
 2.4 O(a) sr.(a) se considera: Branco(a) () Pardo(a) () Negro(a) () Mestiço(a) () Caboclo () Indígena () Outro _____
 2.5 Estado Civil: Solteiro () Casado () União Consensual () Separado () Viúvo ()
 2.6 Qual seu grau de escolaridade? Nunca estudou () Não alfabetizado () Alfabetizado ()
 Fundamental Incompleto () Fundamental Completo () Médio Incompleto () Médio Completo ()
 Superior Incompleto () Superior Completo ()
 2.7 Tempo de moradia no local: _____
 2.8 Nasceu na comunidade? Sim () Não ()
 2.9 Se não, é natural de que lugar? (estado/município) _____
 2.10 Sempre morou nesta comunidade? Sim () Não ()
 2.11 Se não, quais os lugares que você já morou? _____
 2.12 O que levou o senhor (a) a mudar para cá? **(Marcar por Ordem de Prioridade)**
 Constituição de família ()
 Transferência de trabalho ()
 Procura de trabalho ()
 Procura de melhores condições de educação ()
 Procura de melhores condições de saúde ()
 Acompanhando os pais, o (a) esposo (a) ou outros familiares ()
 Outro () Qual: _____
 2.13 Se foi motivo econômico, qual a atividade econômica que atraiu?

2.14 Como era quando o (a) senhor (a) chegou aqui? (comunidade, paisagem, atividade econômica predominante, moradores, órgãos públicos, caça, pesca, floresta, capoeira)?

3. INFORMAÇÕES DA UNIDADE DOMICILIAR

3.1 Chefe da família: _____
 3.2 Quantas pessoas moram na sua residência? _____
 3.3 Pessoas da família: _____

Quadro I: Relação dos membros da família do entrevistado (a)

Grau de parentesco	Idade	Sexo		Escolaridade								
		M	F	Nunca estudou	Alfabetizado	Fundamental	Fundamental	Incompleto	Médio completo	Médio incompleto	Superior completo	Superior

3.4 O Terreno em que mora é próprio? Sim () Não ()

3.5 Em caso negativo, a quem pertence? _____

3.6 Tem documento da propriedade do terreno? Sim () Não ()

3.7 A casa onde mora é própria? Sim () Não ()

3.8 Em caso negativo, a quem pertence? _____

3.9 Tem documento da propriedade ou da casa? Sim () Não ()

3.10 Em caso positivo, qual documento que possui? _____

3.11 De que material a casa é feita? Madeira () Mista () Alvenaria () Outros: _____

3.12 Informações de moradia: _____

Quadro II: Infraestrutura da residência do entrevistado

SUA CASA TEM	Fossa sanitária?	Sim ()	Não ()
	Energia elétrica?	Sim ()	Não ()
	Onde o senhor pega água para uso em casa?	Rio ()	Poço artesiano ()
		Cacimba ()	Chuva ()
		Outro: _____	

4. ENERGIA

4.1 Que tipo de energia tem na sua moradia?

Luz para todos () Gerador Comunitário () Gerador Particular () Não há fornecimento de energia elétrica ()

4.2 Qual a regularidade da energia fornecida? Manhã () Tarde () Noite () Dia todo ()

4.3 Se usa gerador comunitário, quais os horários e uso de combustível?

Horários: _____ Gasto Combustível: _____

4.4 Se usa gerador particular, quais os horários e uso de combustível?

Horários: _____ Gasto Combustível: _____

5. TRANSPORTE

5.1 Qual o meio de transporte mais utilizado pela família para se deslocar a outras localidades?

Ônibus () Micro-ônibus () Motocicleta () Bicicleta () Carro () Caminhão ()
Voadeira () Barco () Animal () Outro () qual: _____

5.2 Qual a localidade mais distante daqui em que o Sr.(a) vai frequentemente? _____

5.3 Por que o Sr. (a) vai até lá? _____

6. ATIVIDADES PRODUTIVAS

6.1 Qual a principal fonte de renda família?

Agricultura () Pesca () Extrativismo vegetal () Criação de animais () Outros ()
Quais? _____

6.2 Se o(a) senhor(a) planta, qual quais são os produtos?

Quadro III: Organização social do trabalho da agricultura familiar

Produtos Agrícolas	Tipo de ecossistema	Subsistema	Período de produção (meses)	Destino	Quanto rende por mês (R\$)?	Forma de aquisição da semente	Tipo de adubo
	Várzea () Terra Firme ()	Roça () Quintal () Floresta Primária () Capoeira () Outro ()		Consumo () Venda () Troca () Outro ()		Consumo () Venda () Troca () Outro ()	Orgânico () Sintético ()
	Várzea () Terra Firme ()	Roça () Quintal () Floresta Primária () Capoeira () Outro ()		Consumo () Venda () Troca () Outro ()		Consumo () Venda () Troca () Outro ()	Orgânico () Sintético ()
	Várzea () Terra Firme ()	Roça () Quintal () Floresta Primária () Capoeira () Outro ()		Consumo () Venda () Troca () Outro ()		Consumo () Venda () Troca () Outro ()	Orgânico () Sintético ()
	Várzea () Terra Firme ()	Roça () Quintal () Floresta Primária () Capoeira () Outro ()		Consumo () Venda () Troca () Outro ()		Consumo () Venda () Troca () Outro ()	Orgânico () Sintético ()
	Várzea () Terra Firme ()	Roça () Quintal () Floresta Primária () Capoeira () Outro ()		Consumo () Venda () Troca () Outro ()		Consumo () Venda () Troca () Outro ()	Orgânico () Sintético ()

--	--	--	--	--	--

7.2 Na agricultura o(a) sr.(a) produz individualmente ou com o auxílio da família?

individual com a família

7.3 Se com a família, quem lhe ajuda?

Filhos Esposo Grupo doméstico Grupo doméstico e amigos

Outro _____

Quadro V: Como funciona a divisão do trabalho na agricultura na família?

Atividade	Homem	Mulher	Crianças
Broca			
Derrubada			
Queima			
Encoivramento			
Plantio			
Desbrota			
Capina			
Adubação			
Aplicação de agrotóxicos			
Colheita			
Beneficiamento			

7.4 Quantas vezes por semana o(a) sr.(a) trabalha no roçado?

1 a 2 5 a 6

3 a 4 todos os dias

7.5 O(a) senhor(a) costuma pagar alguém para lhe ajudar que não faz parte da família?

Sim Não

7.6 Se sim, relacione o número de pessoas e o total de salários pagos.

Quadro VI: Trabalhadores externos

Sexo	Regime		Quantidade	Valor	Atividade
	Permanente	Temporário			
Homem					
Mulher					

7.6 Existe algum trabalho que o(a) senhor(a) faz com outras pessoas (considerar, todas as atividades, agricultura, pesca, extrativismo, criação de animais). Sim Não

7.7 Se sim, qual?

Mutirão Em que atividades? _____

Troca de dia Em que atividades? _____

Outros Em que atividades? _____

8. Religião

8.1 Você possui alguma crença religiosa? Sim Não

8.2 Qual a sua congregação religiosa?

Católica () Adventista do Sétimo Dia () Batista () Assembleia de Deus () Pentecostal ()
Espírita () Outra () qual? _____

8.3 Já mudou de orientação religiosa alguma vez? Sim () Não ()

8.4 Se sim, para qual? _____

8.5 Existe alguma festa religiosa em sua localidade? Sim () Não ()

8.6 Se sim, qual? _____

9. Organização Social

9.1 Participa de organização social? Sim () Não ()

9.2 Se a resposta for positiva, qual?

Cooperativa () Associação de Produtores () Associação de moradores () Associação de
mulheres () Associação de pais e mestres () Igreja () Clube de jovens () Grupo esportivo
()

Grupo religioso () Sindicato () Outro, qual? () _____

9.3 Qual o nome da organização social: _____

9.4 O(a) r. (a) acha que participando dessa organização melhorou:

() Sua produção? Por que? _____

() Sua comunidade? Por que? _____

9.5 A organização solicita alguma contribuição financeira dos membros? Sim () Não ()

9.6 Se sim, qual o valor? _____

9.7 Esta contribuição ocorre de que forma? Mensal () Anual () Outro () _____

9.8 Sabe em que é utilizado o recurso? Sim () Não ()

9.9 Se sim, especifique: _____

9.10 O(a) sr.(a) já recebeu ou teve acesso a algum benefício por meio dessa organização?

Sim () Não ()

9.11 Se sim, especifique: _____

10. CONFLITOS AMBIENTAIS

10.1 Quais são os principais tipos de conflitos presentes na comunidade?

Fundiário () Político partidário () Uso da terra () Pesca em Lagos e rios () Produtos
Florestais Madeiros () Recursos Florestais Não Madeiros () Exploração de recursos minerais
()

Uso da água () Étnico () Não sabe () Outro _____

10.2 A quem a comunidade recorre para negociar e/ou resolver os problemas causados por conflitos pelo
uso da terra, das florestas e dos ambientes de pesca aqui na localidade?

() Aos Membros da Comunidade e/ou Líder comunitário

() Às Autoridades Municipais (Prefeitura, Polícia Militar)

() À Justiça (ao poder Judiciário no Município)

() Aos representantes religiosos das Igrejas

() Aos Sindicatos ou Associação de produtores

() Não sabe

() Outros _____

11. DEMANDAS E EXPECTATIVAS EM RELAÇÃO A ESTA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

11.1 O(a) senhor(a) já ouviu falar sobre a Unidade de Conservação? Sim () Não ()

11.2 Soube que houve consultas públicas para a criação da UC? Sim () Não ()

11.3 Se sim, o senhor participou? Sim () Não ()

11.4 Se não, por quê?

11.5 O(a) senhor (a) percebeu alguma mudança após a criação da UC? Sim () Não ()

11.6 Se sim quais?

11.7 Quais os pontos desfavoráveis e favoráveis que a UC pode trazer ou está trazendo para a sua vida?

Quadro VII: Em relação à Unidade de Conservação

Favoráveis	Desfavoráveis

11.8 Como o(a) senhor(a) faz para cuidar da natureza?

11.9 Quais os principais problemas ambientais que o(a) senhor(a) vê na comunidade?
